

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL E DA PERSONALIDADE

**MULHERES QUE AMAM MULHERES: TRAJETÓRIAS DE VIDA,  
RECONHECIMENTO E VISIBILIDADE SOCIAL ÀS LÉSBICAS**

Dissertação de Mestrado

ALINE DA SILVA PIASON  
Prof<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup> Marlene Neves Strey  
Orientadora

Porto Alegre, Dezembro de 2008

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL E DA PERSONALIDADE

**MULHERES QUE AMAM MULHERES: TRAJETÓRIAS DE VIDA,  
RECONHECIMENTO E VISIBILIDADE SOCIAL ÀS LÉSBICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e da Personalidade, sob a orientação da Prof. Dra. Marlene Neves Strey.

ALINE DA SILVA PIASON  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marlene Neves Strey  
Orientadora

Porto Alegre, Dezembro de 2008

**Dados Internacionais de  
Catalogação na Publicação (CIP)**

P581m Piason, Aline da Silva

Mulheres que amam mulheres: trajetórias de vida, reconhecimento e visibilidade social às lésbicas / Aline da Silva Piason. – Porto Alegre, 2008.  
86 f.

Diss. (Mestrado) – Faculdade Psicologia, Pós-Graduação em Psicologia, PUCRS.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marlene Neves Strey.

1. Homossexualismo. 2. Lesbianismo. 3. Sexualidade - Aspectos Sociais. 4. Gênero. I. Strey, Marlene Neves. II. Título.

CDD 157.734

**Bibliotecário Responsável**  
Ginamara Lima Jacques Pinto  
CRB 10/1204

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL E DA PERSONALIDADE

**ALINE DA SILVA PIASON**

MULHERES QUE AMAM MULHERES: TRAJETÓRIAS DE VIDA,  
RECONHECIMENTO E VISIBILIDADE SOCIAL ÀS LÉSBICAS

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marlene Neves Strey

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Helena Beatriz Kochenborger Scarparo

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Stela Nazareth Meneghel

“à todas as mulheres, que fazem parte da minha vida e que me inspiram na construção de minha própria subjetividade”.

## AGRADECIMENTOS

A trajetória desse mestrado é desenhada e mapeada de uma forma coletiva. Sem dúvida, não conseguiria ter chegado até o presente momento sem o apoio e auxílio daqueles/as que me acompanharam nesse processo de crescimento pessoal e profissional. Considero esse espaço importante para poder agradecer e homenagear aqueles/as que fizeram a diferença na minha vida e contribuíram para a concretização desse trabalho.

Primeiramente agradeço a Deus, pela minha saúde e fortalecimento, que me possibilitaram chegar até o final dessa etapa com motivação e entusiasmo;

À querida Prof. Dra. Marlene Neves Strey, por ter aceitado o desafio e ter me acompanhado nessa caminhada com muita dedicação, acolhida e paciência, nos momentos em que mais precisei, e principalmente pelo exemplo de pessoa e profissional ética;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa que possibilitou a concretização de um sonho em fazer Mestrado;

Ao meu marido João Francisco Cunha Quevedo Jr., por ser esse companheiro maravilhoso, que escutava meus posicionamentos e também auxiliava com seus questionamentos; Aos meus pais, Sandra Beatriz da Silva Piason e Ronaldo Maia Piason, pelo apoio e incentivo, pelo carinho e aconchego que me fortalecem para seguir em frente; À minha querida avó Ledi Maia de Oliveira, que, com seu entusiasmo e paixão, me fazem lutar por meus objetivos e almejar crescer cada vez mais; À minha madrinha Tânia Ascoleze, por sua “mente aberta”, que acompanhava minhas reflexões, apoiava e compreendia meus posicionamentos;

Às minhas amigas Ana Paula Olympio e Fernanda de Souza, que me inspiraram ao terem coragem de viver este “*amor que não ousa dizer o nome*” e ao se mostrarem mulheres guerreiras que buscam seus sonhos; À minha irmã de coração, Vitória Almeida Lunardelli que está agora mais pertinho e presente em minha vida, que me incentiva a crescer,

oferecendo seu apoio incondicional e que, com seus conhecimentos, auxiliou no aperfeiçoamento dessa dissertação; À minha amiga Renata Beatriz da Silva, que tem se mostrado companheira em projetos profissionais, desde a faculdade, bem como pelo seu apoio e orações;

Aos meus amigos e mestres Elizabeth Freire e Newton Tambara, que me estimularam a seguir minha caminhada acadêmica e a alcançar os meus sonhos, que por serem pessoas tão especiais e éticas, me ensinam a viver intensamente, a ser congruente, a escutar a voz do meu coração, a respeitar o jeito de ser único de cada pessoa;

Aos meus amigos e colegas do Delphos Instituto de Psicologia Humanista, Rosemari Bertolin, Régis Maliszewski da Silva e Tânia Reis, que me oferecem suporte e carinho, que aceitaram e compreenderam minhas ausências nesses dois anos;

Aos professores e mestres do programa de Pós-Graduação de Psicologia da PUCRS, que muito me ensinaram; Aos colegas do grupo de pesquisa Relações de Gênero, pelos momentos de debate e reflexão que auxiliaram na composição da dissertação, em especial ao IC Lucas Gerzson, que foi um companheiro no processo de análise de pesquisa;

Às colegas Me. Martha Narvaz e Dra. Graziela Werba, que muito me inspiram nas lutas e caminhadas feministas;

E, por fim, a todas as participantes da pesquisa, que aceitaram responder a entrevista e, principalmente, por terem me ensinado que devemos persistir, mesmo que no caminho se apresentem barreiras e impedimentos, é preciso viver plenamente, intensamente e amar, amar e amar...

## RESUMO

Esta dissertação apresenta dois artigos, conforme as normas estabelecidas pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS, abordando as questões da homossexualidade feminina ou lesbianidade, articuladas com as questões de gênero. O primeiro artigo teórico problematiza a construção histórica da feminilidade, com o objetivo de compreender a construção da subjetividade de mulheres que se identificam como lésbicas. As reflexões realizadas, a partir da teoria feminista e pós-estruturalista, apontam para a necessidade de se construir uma nova história das mulheres, permitindo visualizar a experiência de lésbicas como uma possibilidade entre as experiências femininas. O segundo artigo empírico buscou conhecer o processo de reconhecer-se lésbica e a vivência dessa orientação sexual, bem como conhecer suas percepções frente à visibilidade ou invisibilidade de sua orientação sexual na família e na sociedade.

Palavras-chave: gênero, orientação sexual, feminilidade, lésbicas e invisibilidade.



## **ABSTRACT**

This dissertation presents two articles, according to the norms of the Graduated Program of Psychology of PUCRS, both addressing issues about female homosexuality or lesbianism articulated with gender issues. The first theoretical article problematizes the historic construction of femininity, with the purpose of understanding the construction of subjectivity in women who identify themselves as lesbians. The analyses made, using feminist and post-structuralist theory, point to a need for constructing a new history of women, allowing us to envision the lesbian experience as one possibility among many female experiences. The second empirical article sought to learn about the process of recognizing oneself as a lesbian and how this sexual orientation is experienced, also seeking to learn about their perceptions regarding the visibility or invisibility of their sexual orientation in family and in society.

Keywords: gender, sexual orientation, femininity, lesbians and invisibility.

## SUMÁRIO

Resumo da dissertação .....	8
Abstract .....	9
Apresentação .....	11
Artigos	
Uma Nova História das Mulheres: Em Busca de Visibilidade às Lésbicas .....	16
O Processo de Auto-Reconhecimento e Visibilidade Social de Mulheres que Amam	
Mulheres .....	48
Considerações Finais.....	81
Anexo	
Carta de aprovação do Comitê de Ética .....	86

## APRESENTAÇÃO

Essa dissertação faz parte dos pré-requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre no programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. A apresentação segue o modelo proposto pelo programa, o qual prescreve que a dissertação seja constituída sob a forma de, no mínimo, dois artigos, sendo um artigo teórico e outro artigo empírico, somados à introdução geral do trabalho desenvolvido, bem como às considerações finais.

Ao sentir a necessidade de voltar ao meio acadêmico, não tive dúvidas em procurar a Professora Dra. Marlene Neves Strey para me orientar e acompanhar nesta trajetória. Trabalhar no enfoque das relações de gênero era o meu objetivo e, ao apresentar a proposta de articular o tema da homossexualidade feminina ou lesbianidade com as questões de gênero, me senti prontamente acolhida.

Passados os desafios de ingressar no mestrado, iniciei o processo de planejamento e construção do projeto de pesquisa. Muitas leituras foram realizadas até encontrar o embasamento teórico para esse trabalho. O referencial desse estudo situa-se nas teorias feministas e pós-estruturalistas, representado por autoras como Chantal Mouffe, Joan Scott, Judith Butler, Linda Nicholson e Teresa de Lauretis, que procuram romper com posições essencialistas e heterossexista, ou seja, que propõem uma perspectiva para além do binário do sistema sexo-gênero (Pereira, 2004; Narvaz, 2005). Assim, visualiza-se que gênero passa a ser utilizado como uma categoria de análise, a partir de um pensamento plural, que escapa dos argumentos biológicos e culturais da desigualdade, os quais sempre têm o masculino como ponto referencial, isto é, poder pensar em mulheres de diferentes classes, raça, religiões, idades, orientações do desejo, etc. (Louro, 1997). Nesse sentido, considero esta perspectiva como facilitadora para a produção de novos questionamentos, tendo como objetivo contribuir no processo de desnaturalizar preconceitos presentes em nossa sociedade,

que tem colocado as mulheres lésbicas na condição de “anormais”, “desviantes”, “transgressoras” e “pervertidas”.

A proposta desse estudo se aproxima às reivindicações feitas por Adrienne Rich (1980) às feministas americanas, no sentido de que ela já considerava importante a inclusão de experiências lésbicas nos estudos e nas reflexões de gênero, com o objetivo de enriquecer a leitura das experiências subjetivas das mulheres como um todo. Nesse momento, sinto-me à vontade para expor que escutei, ao comentar a respeito do tema desta pesquisa, a seguinte declaração, advinda de pessoas com diversos níveis de instrução: “É, eu aceito estas relações, mas não entendo, acredito que vai contra a natureza”. E, assim, comecei a compreender que abordar este tema vai além de esclarecer ou informar a respeito da realidade e da vivência destas mulheres, trata-se de desconstruir verdades tidas como absolutas que interferem na construção da subjetividade (Gois, 2003).

De um modo abrangente, esse estudo se propõe a dar voz e visibilidade às mulheres lésbicas, uma vez que, assim como na pesquisa de Caroline de Oliveira (2006), identifica-se a existência de uma política de esquecimento e de silêncio sobre a multiplicidade das relações humanas, quer sejam sociais ou sexuais, que insiste em abafar a voz e invisibilizar estas mulheres como se não tivessem uma história a resgatar, um presente a viver com dignidade e um futuro melhor a reivindicar (Mott, 2003; Swain, 2000). E, como nos apresenta Denise Portinari (1989), considera-se que o silêncio presente na vida das lésbicas faz parte de um silêncio maior, que recobre o universo feminino como um todo.

No entanto, ao reconhecer que silêncio e invisibilidade fazem parte da história destas pessoas, como iria estabelecer o contato com minhas participantes? Nesse sentido, procurei guiar meus passos, conforme sugestão encontrada em pesquisas anteriores, como as de Andréa Cechin (2005) e Adriana Numan (2003). Estas autoras consideram que, por se tratar de pessoas que geralmente convivem em grupos, cujos membros se conhecem entre si, como

as comunidades homossexuais de gays e lésbicas e também pela dificuldade de identificação desta população, uma vez que, muitos ainda optam por viver sem o reconhecimento de sua orientação sexual, a melhor técnica a ser utilizada é a amostragem por bola de neve (*Snowball Sampling*). Esta técnica propõe que uma participante indique outra, que indique uma próxima e assim sucessivamente. O ponto de partida foi o estabelecimento de contato com a coordenação de ONGS que defendem a livre expressão sexual, localizadas na cidade de Porto Alegre/Rio Grande do Sul.

A coleta de dados que constituiu o corpus da pesquisa foi realizada por meio da entrevista narrativa, em que as participantes foram convidadas a contar suas histórias e trajetórias de vida, mediante a seguinte questão: “Conte sobre suas experiências no processo de reconhecer lésbica e fale sobre suas vivências no que se refere a sua orientação sexual”.

A partir da análise de discurso realizada, identifiquei a presença constante da seguinte afirmação: “eu não digo que a primeira característica minha é ser lésbica, eu tenho outras características que eu considero que são mais importantes. O fato de eu ser mulher, que eu acho que é bem mais importante (...)” (Maria, 24 anos). Esta declaração vai ao encontro do que nos apresenta Alain Touraine (2007) em seu livro “O mundo das mulheres”, ao afirmar que “as mulheres se definem como mulheres, e muito mais ainda quando são lésbicas” (p.37). O autor também comenta que assumir-se lésbica não corresponde à rejeição da identidade feminina; ao contrário, busca tornar evidente a diversidade em relação ao “ser mulher”, negando a existência da “verdadeira mulher”.

As declarações presentes nas entrevistas, portanto, contrapõem a afirmação feita por Monique Wittig (1980) de que “as lésbicas não são mulheres”. Entende-se, contudo, que, se por um lado, as lésbicas transgridem a norma, não aceitando a submissão de uma heterossexualidade compulsória, por outro lado, a identificação de suas práticas e

representações continua fortemente vinculada ao sistema de gênero (Perrin & Chetcuti, 2002).

Diante desses depoimentos, foram, então, produzidos os dois artigos: o teórico e o empírico. O artigo teórico foi apresentado no modelo de ensaio temático, tendo por base a retomada histórica da construção do sujeito “homossexual” e o sujeito “mulher”, encontrando a crítica dessas posições essencialistas e universalizantes nos estudos feministas, que, por sua vez, nos apontam para a necessidade de se construir uma nova história das mulheres, permitindo visualizar a experiência de lésbicas como uma possibilidade entre as experiências femininas. O artigo empírico centrou-se nos objetivos propostos no projeto de pesquisa, buscando conhecer o processo de se reconhecer lésbica e a vivência dessa orientação sexual, bem como conhecer a percepção delas frente à visibilidade ou invisibilidade de sua orientação sexual na família e na sociedade.

## **Referências**

- Cechin, A.F. (2005). Vivências em espaços educativos formais ou informais e a constituição de identidades homossexuais. Projeto de tese de doutorado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre: PUCRS.
- Góis, J. B. H. (2003). Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. Revista Estudos Feministas, 11 (1), 289-297.
- Louro, G.L. (1997). Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Mott, L. (2003). Homossexualidade: mitos e verdades. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia.
- Narvaz, M. (2005, maio). Metodologias Feministas. Trabalho publicado em Anais de

- Evento. Congresso Norte-Nordeste de Psicologia. Bahia: Salvador.
- Nunan, A. (2003). Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro: Caravansarai.
- Oliveira, C.S.de. (2006). Assumir-se lésbica: desafios e enfrentamentos. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceitos. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. [on-line]. Disponível em: [http://www.fazendogenero7.ufsc.br/st\\_20.html](http://www.fazendogenero7.ufsc.br/st_20.html).
- Pereira, V.L. (2004). Gênero: dilemas de um conceito. In Strey, M.N., Cabeda, S.T.L. & Prehn, D.R. (Orgs.) Gênero e cultura: questões contemporâneas. (pp.173-198). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Perrin, C. & Chetcuti, N. (2002, julho/dezembro). Além das aparências: sistema de gênero e encenação dos corpos lesbianos. Labrys: Estudos Feministas. (1-2).[on-line]. Disponível em: [http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1\\_2/htm](http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/htm)
- Portinari, D. (1989). O discurso da homossexualidade feminina. São Paulo: Brasiliense.
- Rich, A. (1980). Compulsory heterosexuality and lesbian existence. In Parker, R. e Aggleton, P. (Eds.). Culture, Society and Sexuality: A Reader. (pp. 199-225). Los Angeles: University of California Press.
- Swain, T.N. (2000). O que é lesbianismo. São Paulo: Coleção Primeiros Passos.
- Touraine, A. (2007). O mundo das mulheres. Petrópolis, RJ: vozes.
- Wittig, M. (1980). La pensée Straight. Questions feministes. Paris: Ed. Tierce.

UMA NOVA HISTÓRIA DAS MULHERES:  
EM BUSCA DE VISIBILIDADE ÀS LÉSBICAS  
**A new history of women: searching for lesbian visibility**

**Aline da Silva Piason**

**Marlene Neves Strey**

**Resumo**

Este texto problematiza a construção histórica da feminilidade, com objetivo de compreender a construção da subjetividade de mulheres lésbicas. São realizadas reflexões que permitem entender que tanto o sujeito “homossexual” quanto o sujeito “mulher” são criações e construções sociais que dividem o mundo em dois pólos opostos e hierarquicamente definidos, demarcando o corpo e o sexo no limite do inteligível e da “normalidade”. As lésbicas têm ocupado, em nossa sociedade, o lugar de anormalidade, de transgressoras da norma heteronormativa, instituída como essência e natureza da mulher. Para contrapor tal pensamento, a teoria feminista e pós-estruturalista possibilita a crítica e o poder pensar o gênero para além do binário do sistema sexo-gênero. Percebe-se que uma nova história das mulheres precisa ser contada, numa perspectiva plural, que escapa dos argumentos biológicos e culturais da desigualdade, os quais sempre têm o masculino como ponto referencial, permitindo, assim, que as experiências de mulheres lésbicas sejam consideradas como uma possibilidade entre as experiências femininas.

Palavras-chave: feminilidade, gênero, lésbicas, heteronormatividade.

**Abstract**

This paper questions the historical construction of femininity with the purpose of understanding the construction of subjectivity in lesbian women. Analyses are made allowing us to understand that both the “homosexual” subject and the “woman” subject are social creations and constructs that divide the world into two hierarchically defined, opposing poles, demarcating body and sex within the limit of what is intelligible and of “normality”. Lesbians have occupied, in our society, a place of abnormality, violating the heteronormative rule, instituted as the essence and nature of a woman. To contend this view, feminist and post-structuralist theory enables us to call into question and think about gender beyond the binary sex-gender system. It is realized that a new history of women needs to be told from a pluralistic perspective, one which is a departure from the biological and cultural arguments of inequality, which have always have taken man as the reference point, allowing, thus, the experiences of lesbian women to be regarded as one possibility among many female experiences.

Keywords: femininity, gender, lesbians, heteronormativity.



## **Introdução**

A sociedade não pode mais fechar os olhos e negar a sua existência. As vivências e as experiências de lésbicas estão emergindo do campo da invisibilidade. Estão ocupando um lugar no mundo e deixando de ser obscurecidas, negadas e silenciadas, enquanto uma realidade humana, confrontando os investimentos históricos, as redes de poder e dominação que insistiram em apagar, da história e do imaginário social, as relações específicas entre as mulheres, tanto afetiva quanto eróticas, que pudessem quebrar a ordem da sociedade heterocentrada e patriarcal (Swain, 2007).

Entendemos que problematizar a história e a construção da feminilidade significa também repensar a construção social que dividiu o mundo em dois sexos, homens e mulheres, considerando os primeiros como fortes e dominadores e as segundas como frágeis e dóceis (Strey, 1998), enfatizando aqui, que a mulher surge realmente assim, como o “segundo sexo” (Beauvoir, 1949). Para chegar até esse entendimento, consideramos ser igualmente importante elucidar, por meio deste ensaio, que tanto o sujeito “homossexual” quanto o sujeito “mulher” são criações históricas e construções sociais que dividem o mundo em pólos opostos, hierarquicamente definidos e demarcam o corpo e o sexo no limite do inteligível e da “normalidade” (Butler, 2007).

Durante nossa trajetória de reflexão, encontramos, nos movimentos e estudos feministas, justamente a proposta de debater as representações e construções históricas, sociais e políticas que reproduzem as relações desiguais e assimétricas entre os sujeitos. Assim, vimos que o feminismo, enquanto movimento político transformador, insere-se num campo de poder/saber, na medida em que problematiza a naturalização dos corpos em papéis e práticas sociais; ao mesmo tempo, produz e critica seus próprios discursos, em desdobramentos que contemplem a diversidade e multiplicidade (Swain, 2004a). Inicialmente

o feminismo, como nos apresenta Tânia Navarro Swain (2007), se debruçou sobre a questão: “o que é uma mulher? Agora podemos repetir a indagação de outra forma: o que é uma lésbica? E a questão continuaria a se desdobrar: mulheres que amam mulheres? Mas seriam elas mulheres?” (p.15).

Evidenciamos que não existe um único modelo, uma essência a ser perseguida ao se construir a subjetividade feminina. Nesse sentido, a proposta que levantamos neste ensaio é a de ampliar a nossa consciência e a de nos abirmos para a perspectiva na qual possamos visualizar a experiência de lésbicas como uma possibilidade entre as experiências femininas, a partir de uma visão que ressalte a diversidade, o múltiplo, o aberto, o que até o momento era rigorosamente silenciado.

### **Entre as heranças do século XIX: o surgimento do sujeito homossexual**

A partir do século XIX, o corpo e a sexualidade passaram a ser objetos privilegiados das políticas de controle e de moralização da vida social. O corpo e o prazer, articulados com um projeto de sociedade verticalizada e hierárquica, tornam-se campos de luta e de debate político, revelando formas ideológicas de circulação de identidades sexuadas e de reconhecimento social (Prado e Machado, 2008).

A homossexualidade sempre esteve presente no mundo e se apresenta de formas tão distintas quanto à própria organização cultural e moral na história da sociedade, constituindo-se como uma prática sexual e social muito presente na diversidade das experiências humanas (Prado e Machado, 2008; Weeks, 2007). Entre essas experiências é importante manter-se atento para o fato de que nossos hábitos sexuais dependem da construção social das relações entre/pelos seres humanos, relações essas que se encontram atravessadas por contextos culturais, geopolíticos, padrões morais e posições sociais. Portanto, não se pode perder de

vista que as práticas sexuais carregam mais elementos referentes a aspectos sociais, históricos e políticos, do que simplesmente os comportamentos individuais em si (Prado e Machado, 2008).

Através dos estudos de Thomas Laqueur (1990), torna-se evidente que, até o início do século XIX, a medicina ainda não havia representado a sexualidade humana como dividida binariamente entre masculina e feminina, o que nos leva a concluir que a distinção heterossexual / homossexual também não existia. O que havia anteriormente era uma noção unissexuada do corpo, na qual o corpo feminino era apenas uma versão inferior do corpo masculino. Isso significa que, nas sociedades ocidentais, o modelo sexual hierarquizava os sujeitos ao longo de um único eixo, cujo vértice era o masculino e, assim, as diferenças entre homens e mulheres eram consideradas “graus de perfeição”, e o corpo da mulher percebido como um corpo defeituoso e imperfeito. Afirmava-se cientificamente que “as mulheres eram essencialmente homens, nos quais uma falta de calor vital – de perfeição – havia resultado na retenção interna de estruturas, que nos machos eram visíveis” (Laqueur, 1990:4).

Nessa época, havia homens e mulheres que se relacionavam sexualmente com parceiros do mesmo sexo, mas esses atos não os marcavam como pessoas inerentemente ou fundamentalmente diferentes dos outros; quer dizer, o comportamento sexual não constituía um marcador de identidade. O que de fato ocorria é que eles poderiam tornar-se alvo de reprovação ou punição por transgressão sexual, pois as relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas como sodomia - uma atividade indesejável ou pecaminosa à qual qualquer um poderia sucumbir (Adelman, 2000; Badinter, 1993; Louro 2001, 2005).

No final do século XIX, os contornos do modelo do sexo único começaram a se desfazer, dando início a novos modelos binários. Para se ajustar aos ideais republicanos de igualdade e liberdade, os revolucionários franceses precisaram justificar a desigualdade entre

homens e mulheres. Nesse momento, as mulheres passam a ser vistas como um sexo diferente e biologicamente determinado, que traduzia uma idéia de incapacidade das mesmas de desenvolver as tarefas de mais importância e prestígio social (Costa, 1995; Louro, 2005).

As diferenças entre os sexos se instalam para justificar as desigualdades sociais, ao invés de ampliar nossa compreensão da realidade como pretensamente proposto (Prado e Machado, 2008). Fundamentada pela noção de verdade universal, a ciência moderna produziu sofisticados discursos capazes de regular os papéis e comportamentos sexuais, ocultando a ideologia presente nos valores morais da classe dominante. Nesse mesmo sentido, evidencia-se nos estudos de Jonathan Katz (1996) uma denúncia de que as posições hierarquizadas das sexualidades são invenções sociais, contextuais e políticas que pretendem conquistar, desenhar e disciplinar os sujeitos, o que é denominado por Michel Foucault (1996) como “dispositivos da sexualidade”. Assim, esses discursos passam a ser considerados como verdades, e os indivíduos que desviassem seus comportamentos daquilo que se entendia como “natural”, daquilo que a natureza cobra de cada sexo, eram vistos como imperfeitos, patológicos e desqualificados enquanto humanos (Adelman, 2000; Prado e Machado, 2008).

Então, no século XIX, a ciência passa a ter o valor de “verdade universal” e institui uma categoria nova – o Homossexual. Serão médicos e também filósofos, moralistas e pensadores, dentro do movimento de higiene social – dirigido ao controle e à regulação da vida das massas urbanas – que irão estabelecer as diferenças relevantes entre sujeitos e práticas sexuais, classificando, definindo e estabelecendo o que era ou não apropriado e saudável (Adelman, 2000; Badinter, 1993; Lacerda, Pereira e Camino, 2002; Louro, 2005). O viés científico dessa nova concepção transpôs os comportamentos não heterossexualmente orientados e até mesmo comportamentos sexuais menos tradicionais, da categoria de crime ou pecado, para a categoria das doenças e perversões (Adelman, 2000; Prado e Machado, 2008). Carregados da autoridade da ciência, esses discursos gozavam do estatuto de verdade

e, em determinados aspectos, se confrontavam ou se combinavam com os discursos da igreja, da moral e da lei (Louro, 2005).

Práticas afetivas e sexuais exercidas entre pessoas do mesmo sexo ganham agora uma nova conotação. O surgimento da definição de homossexualidade é marcado, então, pelo estigma da anormalidade. Por ser visto como um desvio do comportamento, como uma patologia, aparecem também inúmeras tentativas de “cura” aos homossexuais (Adelman, 2000; Nunan, 2003). Surgem, nesse contexto, disputas científicas com o objetivo de obter explicações a respeito do fenômeno, compreendidas em explicações biológicas, psicológicas, hormonais, ambientais, etc. Os estudos desenvolvidos tinham, ainda, como objetivo buscar compreender homens e mulheres homossexuais nos mesmos termos, num modelo extraordinariamente baseado na homossexualidade masculina, sem considerar o universo particular das mulheres (Katz, 1996).

Para contrapor a anormalidade, surge, igualmente, a necessidade de definir o sujeito “normal” – o heterossexual. A heterossexualidade, portanto, passa a ser considerada como um instinto natural, cujo objeto de desejo é necessariamente o sexo oposto (Adelman, 2000; Nunan, 2003). Nesse sentido, é possível reconhecer que o discurso hegemônico criou formas e práticas de consentimentos, de modo que acabam por transformar uma experiência particular (a experiência heterossexual burguesa) em pretensamente universal, inferiorizando ou inviabilizando quaisquer outras possibilidades de experiência sexual e social. Assim, podemos dizer que o nascimento do termo homossexual é também o início de uma problemática e de uma intolerância que sobrevive até os nossos dias (Badinter, 1993).

Reconhecemos que ainda persiste, nas sociedades do Ocidente, em conformidade com ideologias ou visões do mundo advindas das grandes religiões (o catolicismo, o judaísmo e o protestantismo), um “investimento histórico” num tipo de sexualidade: aquela que institui a

organização social a partir de um determinado tipo de família, baseada num casal heterossexual e monogâmico e que restringe ou privilegia a prática sexual orientada para a procriação. Nesse contexto, também se torna importante ressaltar que a sexualidade das mulheres da elite era, em todo o caso, a mais vigiada (Adelman, 2000; Louro, 2005; Swain, 2002).

Diante do exposto, percebe-se que, a partir do século XIX, surge uma nova epistemologia, um novo conjunto de regras ou de formas de compreender e dar sentido ao mundo. Esses novos saberes e verdades construíram também novas formas de representar e dar significado ao homem e à mulher, às suas relações, à sexualidade (Louro, 2005). Contudo, cabe ressaltar que tais mudanças são constituídas e constituintes de estratégias e relações de poder, como propõe Michel Foucault (1996).

Nesse momento, as “vendas” que impossibilitavam o olhar para outra perspectiva passam a não mais existir; assim, é possível observar que a manutenção de posições hierarquizadas não acontece sem um investimento continuado e repetitivo. Busca-se reafirmar, por meio de estratégias e táticas aparentes ou sutis, o princípio de que os seres humanos nascem como macho ou fêmea e que seu sexo vai indicar um de dois gêneros – masculino ou feminino – e que ainda conduzirá a uma única forma “normal” de desejo, que é o desejo pelo sujeito do sexo/gênero oposto ao seu (Louro, 2005).

Homens e Mulheres deveriam, portanto, seguir a heterossexualidade e ainda estarem de acordo com os padrões de masculinidade e feminilidade. Os atributos masculinos reconhecidos como pertencentes aos homens eram (e ainda são) mais nobres e superiores aos femininos expressos por atividade X passividade, racional X sentimental, força X fragilidade, etc. Esse contexto, que podemos chamar de heterocentrado, falocentrado e machista, continua a dar visibilidade e a destacar uma dominação masculina que dita os modelos de homem,

mulher, família e são tidos como “verdades” naturais e superiores a outras formas de subjetivação humana (Toledo, 2007).

Somente na segunda metade do século XX, estas questões começam a ser colocadas em xeque. Pensar a sexualidade, em termos de sua diversidade, é um desafio contemporâneo, que tem suas origens no momento em que começam a aparecer grupos sociais organizados e estudos científicos menos preconceituosos sobre a homossexualidade (Prado e Machado, 2008). Emerge, nesse sentido, uma nova política acerca da sexualidade, impulsionada pelo feminismo e por organizações LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais), que iniciaram o questionamento de muitas certezas estabelecidas em tradições sociais e sexuais. Esses movimentos possibilitaram novas compreensões sobre as formas de poder e dominação que modelam nossas vidas (Weeks, 2007).

Pretendemos seguir na proposta de problematizar e/ou relativizar o modelo hegemônico de sexualidade, que exclui as demais, com destaque especial às lésbicas. Nesse sentido, consideramos interessante avançarmos neste ensaio, através de uma revisão e retomada dos estudos de gênero, que contribuiu e continua a contribuir com a produção de questionamentos e que viabiliza e facilita a desnaturalização de pré-conceitos (Pereira 2004; Narvaz, 2005).

### **Gênero: um conceito para além do binário...**

O conceito de gênero é engendrado e problematizado por estudiosas e militantes feministas, num período denominado de “segunda Onda” do feminismo, que começou no final da década de 60 nos países ocidentais (Louro, 1997).

Já se tornou comum referir-se ao ano de 1968 como um marco de rebeldia e contestação. Esse período torna-se uma referência concreta e passa a ressaltar a manifestação

coletiva da insatisfação e do protesto, que vinham sendo gerados há algum tempo. Foram intelectuais, estudantes, negros, mulheres, jovens, homossexuais, enfim, diferentes grupos que, através de suas manifestações, expressaram sua inconformidade e desencanto em relação aos tradicionais arranjos sociais e políticos, às grandes teorias universais, ao vazio formalismo acadêmico, à discriminação, à segregação e ao silêncio (Louro, 1997).

É nesse período que também emerge e se fortalece uma nova representação da sexualidade, vista como fonte de prazer e expressão da individualidade (Adelmam, 2000; Loyola, 2003). “Revolução sexual” foi a denominação encontrada por Anthony Giddens (1993) para traduzir a transformação social, que colaborou na criação de novos discursos sobre a sexualidade, repercutindo no início de questionamentos sobre preconceitos e, conseqüentemente, colaborou para a desessencialização ou desnaturalização da sexualidade humana.

Diante dessa efervescência social e política, de contestação e transformação, os movimentos feministas buscaram não somente realizar marchas e protestos públicos, mas também publicar livros, jornais e revistas para atingir uma conscientização maior a respeito da discriminação, segregação e preconceitos vivenciados por determinadas posições não-masculinas. Portanto, as militantes feministas, participantes do mundo acadêmico, conseguem impregnar sua paixão política em seus estudos e suas pesquisas, possibilitando o nascimento dos Estudos da Mulher (Costa e Schmidt, 2004; Louro, 1997; Maluf, 2004; Narvaz, 2005; Toneli, 2003).

“Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos” (Louro, 1997 p.17). A ampla invisibilidade como sujeito, inclusive como sujeito da ciência, é vista por Guacira Lopes Louro (1997) como conseqüência da segregação social e política que as mulheres foram historicamente conduzidas. Essa segregação, ou sexismo, foi produzida a partir de múltiplos discursos, que



caracterizaram a esfera do privado, o mundo doméstico, como sendo o verdadeiro universo da mulher (Colling, 2004; Louro, 1997; Selem, 2006; Swain, 2002). Cabe ressaltar que uma das produções teóricas que teve forte influência no movimento feminista, dessa época, é o famoso livro: “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir (1949). Essa feminista é caracterizada como uma das precursoras na crítica à posição social de homens e mulheres, onde o homem é o sujeito, o absoluto e ela (a mulher) é o outro (Mariano, 2005; Swain, 2008).

No entanto, nos chamados estudos da mulher (Rotter, 1978; Sherman e Denmark, 1978; Urger, 1975, 1978; Urger e Denmark, 1975; Williams, 1974), seus estudiosos/as e historiadores/as perceberam não ter sido suficiente provar que as mulheres tiveram uma história e que, inclusive, participaram das principais revoltas políticas no mundo ocidental. Portanto, passaram a utilizar o termo “gênero”, focando suas intenções em estudar as relações sociais entre homens e mulheres e buscar a legitimidade acadêmica dos estudos feministas na década de 80 (Grossi, 2004; Narvaz, 2005; Scott, 1994).

Como visto anteriormente, nas sociedades industriais e burguesas, a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual estabelecida serviu para compreender e até mesmo justificar as desigualdades sociais vivenciadas. A biologia apresentava as raízes das diferenças entre homens e mulheres e, ao mesmo tempo, argumentava que a relação entre ambos era complementar e que cada um deveria desempenhar um papel determinado pela “natureza”, tornando este um argumento final irrecorrível e incontestável (Colling, 2004; Louro, 1997; Nicholson, 2000). Todavia, os movimentos sociais, principalmente os movimentos feministas, estavam, justamente, se posicionando para desafiar a “norma”.

Por meio da contestação e questionamento da norma vigente, foi possível compreender que, através da forma como as características biológicas são representadas ou valorizadas, isto é, aquilo que se diz, ou se pensa sobre elas, é que vai constituir o que é

feminino ou masculino, em uma dada sociedade e em um dado momento histórico (Strey, 1998). Como nos diz Guacira Lopes Louro (1997), o debate passa a se constituir com uma nova linguagem, na qual gênero torna-se um conceito fundamental ou, como também apresenta Joan Scott (1994), gênero torna-se uma categoria útil, que é ao mesmo tempo uma ferramenta analítica e política. Contudo, deixava-se de fazer uma história, uma psicologia, ou uma literatura das mulheres sobre as mulheres e passava-se a analisar a construção social e cultural do feminino e do masculino, atentando para as relações de poder (Louro, 2002).

Algumas teóricas feministas “criaram a noção de gênero como categoria analítica da divisão binária do mundo, trazendo à luz a construção de papéis sociais naturalizados em torno da matriz genital/biológica” (Swain, 2004b p.183). Fica subentendido que essas teóricas, que inicialmente construíram o conceito de gênero, aceitavam a premissa da existência de fenômenos biológicos reais a diferenciar homens e mulheres, porém, utilizados socialmente de maneira a gerar uma distinção e oposição binária masculino/feminino (Nicholson, 2000).

Utilizando tal conceito de gênero, as feministas tinham como projeto lutar contra a exclusão política da mulher, fazendo reivindicações em nome das mulheres. Entretanto, Joan Scott (2002) nos faz perceber que esse processo constituiu-se em uma armadilha, pois “na medida em que o feminismo defendia as mulheres, acabava por alimentar a diferença sexual que procurava eliminar” (p.27).

No estudo de Silvana Aparecida Mariano (2005), evidencia-se uma tentativa de problematizar questões referentes ao feminismo, mulher e gênero. Pode-se reconhecer sua crítica, no momento em que diz que a luta feminista, ao pretender encontrar uma explicação da origem da opressão feminina, acabou por fundamentar e instituir uma identidade universal de ser mulher. A autora ressalta que se trata de um questionamento ao feminismo branco ou dominante, colocando em debate “o que é ser mulher” e denunciando que a unidade entre as

mulheres é também excludente e opressora, constituindo-se não só em um problema político como também em um problema teórico.

A autora reforça seu posicionamento ao trazer a percepção de Teresa de Lauretis (1994 p.206-207) que diz:

A primeira limitação do conceito de diferença (s) sexual (ais), portanto, é que ele confina o pensamento crítico feminista ao arcabouço conceitual de uma oposição universal do sexo (a mulher como a diferença do homem, com ambos universalizados; ou a mulher como diferença pura e simples e, portanto, igualmente universalizada), o que torna muito difícil, se não impossível, articular as diferenças entre as mulheres, ou talvez mais exatamente, as diferenças nas mulheres.

Assim, é possível compreender que Teresa de Lauretis (1994) estava também expressando que o conceito de gênero ainda mostrava-se limitado, uma vez que não questionava a oposição binária homem/mulher, mantendo a dicotomia (natureza/cultura, biologia/social).

A manutenção da oposição binária, que também significa a forte influência do pensamento iluminista e cartesiano, usualmente leva a equiparar outros pares de conceitos, tais como produção/reprodução, público/privado, razão/sentimento. Essas dualidades são, em nossas relações sociais, correspondentes ao masculino e ao feminino, que mantêm uma prioridade ao primeiro elemento, do qual o outro se deriva (Louro, 1997). Apresenta-se, de forma clara, que essa lógica binária se torna problemática para a perspectiva feminista, pois continuava a estabelecer “amarras” em posições, que apontam para um lugar fixo e essencialista para cada gênero.

A pretensão era realizar uma construção política da diferença sexual, entretanto o estabelecimento de uma construção social binária, em gêneros masculinos e femininos, resultou na perda do cunho revolucionário do termo, que se manteve hierarquizado e

assimétrico, desenhando corpos, perfis ideais, cores, raças, estabelecendo exclusões e classificando o humano. Então, a criação de uma diferença biológica e comportamental apresentava-se igualmente responsável por uma diferença política, cerne da desigualdade social (Swain, 2002, 2008).

Não é de se surpreender que, diante de posturas essencialistas, ao se construir um sujeito (mulher) político universal, que pressupunha uma base comum entre as mulheres, as feministas negras, latino-americanas, lésbicas e de classe trabalhadora, se manifestaram. Vieram, por meio de produções críticas, denunciar que não viam suas experiências refletidas no modelo proposto e apresentadas ao mundo (Louro, 1997; Mariano, 2005; Nicholson, 2000).

Suscitados por essas críticas, os/as estudiosos/as de gênero perceberam-se diante de desafios teóricos e metodológicos. Depararam-se com o fato de que ter incluído as mulheres nas análises, dizendo que a cidadania, bem como a classe social, são compostas por homens e mulheres, não foram suficientes no projeto de ampliação de fronteiras políticas e sociais. Autoras como Joan Scott, Linda Nicholson, Teresa de Lauretis, Chantal Mouffe e Judith Butler (para citar alguns exemplos) aceitaram o desafio e se viram impulsionadas a debater tais questões. Encontraram, no pós-estruturalismo de autores como Michel Foucault, Gilles Deleuze e Jacques Derrida, entre outros, uma vertente teórica, que proporcionou argumentos para questionar as categorias unitárias e universais. Assim, pretenderam tornar históricos os conceitos de “homem” e “mulher”, constituindo-se em uma proposta de desconstruir estereótipos universais e mostrar sua historicidade (Colling, 2004; Mariano, 2005).

O pós-estruturalismo é apresentado como uma teoria que oferece suporte para pensar em gênero além do binário. Possibilita um pensamento, que almeja falar em termos de pluralidades e diversidades. A crítica pós-estruturalista facilita a retomada do reconhecimento

de que “o sujeito se constrói dentro de significados e de representações culturais e históricos, os quais encontram-se marcados por relações de poder” (Costa, 2000 p.57).

Margareth Rago (2002), influenciada pelo pensamento pós-estruturalista de Foucault, consegue traduzir as novas possibilidades oferecidas ao pensamento feminista. A autora diz que categorias, tais como homem e mulher, necessitam serem compreendidas como “noções históricas, densas em sua materialidade, carregadas de tempo, definidoras de espaço, que nascem em algum momento e que tem efeitos práticos não negligenciáveis sobre as pessoas, (...) por isso, precisam ser historicizadas, desconstruídas, desnaturalizadas, num gesto eminentemente político” (p.265).

No entanto, tal posicionamento teórico causou estranhamento. A falta de compreensão desse novo modelo de pensamento abriu espaço para o comentário de que a crítica ao essencialismo, levada às últimas conseqüências, teria resultado em um “feminismo sem mulheres” (Mariano 2005). Diante desse comentário, autoras como Chantal Mouffe (1999) e Judith Butler (1998, 2003) vieram argumentar que desconstruir o sujeito não é declarar a sua morte, pois a desconstrução da categoria “mulher” não tinha como proposta abandonar a categoria, mas possibilitar sua re-significação. Compreendia-se que o sujeito do feminismo é construído discursivamente, em contextos políticos específicos, a partir de articulações, alianças e colisões, tornando-se contingente ao invés de excludente.

A partir desses esclarecimentos, abrem-se possibilidades que vão totalmente contra o famoso texto de Monique Wittig (1980) a qual declara que “as lésbicas não são mulheres”. Com a proposta de se pensar no gênero para além do binário e incluir a pluralidade e multiplicidade, torna-se possível pensar que a categoria “mulher” compreende mulheres de diferentes classes, raças, etnias, idades, orientações do desejo, etc. Portanto, como Adrienne Rich (1980) já reivindicava há bastante tempo, as lésbicas também devem ser contempladas enquanto sujeito “mulheres” do feminismo.

Pode-se dizer que com a influência do pós-estruturalismo tornou-se simplista pensar em um sujeito mulher linear e estável. Ao invés disso, mostrou-se viável pensar que “o sujeito mulher não é uma essência monolítica definida de uma vez para sempre, mas o lugar de um conjunto de experiências múltiplas, complexas e potencialmente contraditórias, definido por variáveis que se sobrepõem tais como a classe, a raça, a idade, o estilo de vida, a preferência sexual e outras” (Braidotti, 1998 p.30).

Na argumentação de Linda Nicholson (2000), abandonar a busca de um sentido único para “mulher” não significa que ela não tenha sentido, mas que esse possa ser encontrado dentro da história. Assumir que o sentido de “mulher” se alterou ao longo do tempo, implica em assumir que aqueles/aquelas, que atualmente defendem formas não tradicionais de compreendê-lo, não podem ser deixados de lado, sob a simples alegação de que suas posturas e interpretações contradizem os padrões usuais. A autora sugere “pensarmos o sentido de ‘mulher’ como capaz de ilustrar o mapa de semelhanças e diferenças que se cruzam. Nesse mapa, o corpo não desaparece; ele se torna uma variável historicamente específica, cujo sentido e importância são reconhecidos como potencialmente diferentes em contextos históricos variáveis” (Nicholson, 2000 p.36). Conseqüentemente, o posicionamento que se faz atual é o de facilitar a emergência de uma nova história sobre as mulheres...

### **Uma nova história das mulheres: em busca de visibilidade às lésbicas**

O que vimos até o momento, neste ensaio, nos permite pensar que só se é diferente frente a um referente, ou modelo a ser seguido, sem perder de vista que estes modelos de ser e de existir são construídos social e historicamente (Foucault, 1988). Como nos diz Tânia Navarro Swain (2004a p.3): “as diferenças não existem, desta forma por si só, elas são

monumentos sociais arquitetados em uma ampla disposição de poderes, cuja estrutura em rede garante sua solidez”.

Os estudos de gênero, muitos, influenciados pela teoria pós-estruturalista, ampliaram a perspectiva essencialista e a binária e passaram a incluir a diversidade e pluralidade. Porém, mesmo a categoria “mulher” demonstrando abertura, que permitisse explorar a diversidade, percebe-se que é no domínio da prática sexual, identificada como heterossexual, que o traço de união persiste como norma regulatória, mantendo o alinhamento entre sexo – gênero – sexualidade (Louro, 2005; Swain, 2002).

A heterossexualidade, conforme nos apresenta Adrienne Rich (1980), foi institucionalizada como compulsória, conduzindo o processo de subjetivação feminina. Estabelece o lugar da fala e da atuação, delimitando funções e induzindo comportamentos. Atuando dentro dessa lógica, para serem consideradas “sujeito” no social, as mulheres aprendem, através do discurso instituído desde a infância, que a maternidade é indispensável. Aquelas que não podem ou não querem ter filhos são consideradas pela sociedade como “mulheres desnaturadas”, observadas em rumores sociais, que criam as excluídas e rejeitadas, solteironas ou até mesmo aberrações (Toneli, 2007; Swain, 2008). A natureza continua a ser invocada e utilizada na condenação daquelas que exercitam sua liberdade e abrem vôo muito além dos limites estabelecidos (Swain, 2008).

Tereza de Lauretis (1994), afirma e critica que, por meio das “tecnologias de gênero”, as mulheres são constantemente convencidas quanto ao seu físico e à sua função social. Segundo a autora, as mulheres são bombardeadas a todo instante pela mídia e por um conjunto de pedagogias sociais, tais como educação, religião, tradições, ciência, televisão, cinema etc, que instituem e assujeitam corpos e mentes à imagem da “verdadeira mulher”, ou seja, aquela que se enquadra no modelo de mãe, esposa, bela, jovem e sedutora. Entretanto,

como nos diz Tânia Navarro Swain (2002), o que seria essa verdadeira mulher? Com que direito uma imagem se torna mais verdadeira que as outras?

Continuamos a focar que, mesmo diante de uma mudança teórica dos estudos de gênero, percebemos que, na prática, mulheres e homens, que vivem sua feminilidade e masculinidade de formas diversas das hegemônicas, muitas vezes não são reconhecidas/reconhecidos como “verdadeiras/verdadeiros” mulheres e homens (Louro, 1997). Nesse sentido, aos gays e às lésbicas é atribuída a condição de um gênero defeituoso, um gênero falho ou até mesmo abjeto – como diria Judith Butler (2003), que considera fundamental, na mudança desse paradigma heterossexista, reconhecermos que a sexualidade é regulada através do policiamento e censura do gênero.

Nas sociedades ocidentais, identificamos que as mulheres são continuamente fixadas em seus corpos, tanto para a reprodução quanto para o prazer sexual masculino, seja através do casamento ou da prostituição. São consideradas como moeda de troca, como seres a serem apropriados e utilizados socialmente através de algumas tradições (Swain, 2008). Contudo, também podemos começar a reconhecer que não é propriamente a sexualidade entre as lésbicas que choca ou incomoda, uma vez que cenas de sexo entre mulheres são comuns para gerar a excitação masculina. De fato, o que não pode ser aceita e permitida é a quebra da ordem patriarcal, a destruição do sistema da heteronormatividade compulsória, isto é, a perda do domínio dos homens sobre as mulheres. Assim, o silêncio se torna uma das estratégias utilizadas para conjurar o medo que desperta, uma vez que denominar-se lésbica é afrontar a norma, é expor-se à agressão, é desafiar a morte no combate dos corpos disciplinados (Swain, 2007). Ainda hoje, em pleno século XXI, diante de um discurso social, “a lesbianidade é obscurecida ou negada enquanto prática ligada ao humano, ou até mesmo desqualificada enquanto mutilação do ser mulher, reles imitação do macho” (Swain, 2007 p.10).



A regra geral que se apresenta é o silêncio: “silenciar para melhor apagar, para melhor esquecer, para conjurar o perigo daquelas que escapam à norma de uma heterossexualidade tão ‘natural’ e evidente” (Swain, 2007 p.14). Busca-se apagar da memória o que vem deslocar e perturbar a ordem do discurso dominante (heterocentrado e patriarcal) e, com isso, os traços da existência das lesbianas, das comunidades lesbianas, das amazonas, foram apagados da história, enviadas ao mito, ao domínio das impossibilidades. E assim, “o que a história não diz... nunca existiu!” (idem p.14).

Entretanto, conforme o que já foi exposto, os movimentos de feministas e LGBT se apresentam justamente como movimentos denominados de “contra cultura”, de denúncia quanto à opressão e ao silêncio que limitavam (e ainda limitam) suas vidas. A partir do discurso desses movimentos e impulsionada pelo sentimento de desconforto e indignação, a autora Denise Portinari (1989) escreveu o livro intitulado: “O discurso da homossexualidade feminina”. Com o intuito de problematizar, questionar e modificar verdades e tipologias, a autora inicia o processo de reflexão questionando: “a homossexualidade feminina é dita? Como ela é dita e o que se pode pensar a partir daí?” (Portinari, 1989 p.3). Sem a pretensão de oferecer respostas, entende-se que a homossexualidade feminina é vivenciada, escrita, falada, mas que, aparentemente, não se percebe uma real abertura para a existência de tal discurso. Esses discursos não existem enquanto fato social reconhecido, nem enquanto idéia documentada, como já percebemos. Porém, a autora adverte para o fato de que, se não há registros prévios de sua existência, não significa, em absoluto, que não se faça ouvir. A partir dessa visão, dedica um capítulo de seu livro à “escuta do silêncio”. Pretendia, contudo, alertar que “o silêncio faz parte da fala, que o silêncio fala e, se devidamente enfatizado, o silêncio pode até mesmo gritar” (idem p.45).

Em termos dos discursos presentes nas publicações do Brasil, o autor Luiz Mott (1987) se destaca ao escrever o livro: “O lesbianismo no Brasil”, que foi utilizado como

referência no trabalho de Denise Portinari. A partir dessa obra, já evidenciamos uma preocupação em apresentar quem são as lésbicas, como vivem, quais são seus problemas, discriminações, angústias e alegrias, permitindo que abandonássemos o estereótipo apresentado por sexólogos da área da medicina e do direito, que representavam as lésbicas como “invertidas sexuais”. O destaque para a obra de Luiz Mott é igualmente declarado por James Greem, em entrevista concedida a José Gatti publicada na Revista Estudos Feminista (1999). Ele comenta que o livro demarca um começo importantíssimo, pois, até o momento, não havia trabalhos apresentados e realizados no Brasil, que pudessem ser considerados adequados sobre a vida das mulheres que amavam e se relacionavam sexualmente com outras mulheres, ressaltando também a necessidade de se aumentar tais publicações.

Em estudos recentes no Brasil, como os de Luiz Córdova (2000, 2006), Rosane Maria de Godoy (2001, 2008), Juliana Pierucchi (2001, 2008), Maria Célia Orato Sélem (2006), Livia Toledo (2007), ainda persiste a denúncia quanto à escassez de estudos sobre as lésbicas, refletindo o grau de importância atribuído ao tema nos estudos acadêmico-científicos. Os autores e as autoras reconhecem que, nas últimas décadas, no rastro dos movimentos feministas e de lutas pelos direitos de minorias excluídas, têm-se multiplicado os estudos sobre a homossexualidade. Porém, continuam com a advertência sobre o fato de que a maioria desses estudos estão centrados no “universo” dos homens, oferecendo uma perspectiva hegemônica aos gays, às lésbicas e aos travestis. Mais especificamente, no estudo de Luiz Córdova, que compõe sua tese de doutorado defendida no ano de 2006, encontramos a análise de 21 teses e dissertações, que abordam o tema da homossexualidade, realizada em cinco diferentes programas de pós-graduação da UFSC e registrada na Biblioteca Central, desta universidade, até julho de 2004. O autor destaca que a maioria dessas pesquisas foram realizadas na cidade de Florianópolis, onde ocorrem os seminários internacionais Fazendo Gênero – que, no ano de 2008, completou sua 8ª realização - e também por ser o local da

edição da *Revista Estudos Feministas* (REF). A partir dessa análise, percebemos que apenas 4 referem em seu título uma atenção especial à temática de lésbicas, entre eles a dissertação de mestrado do autor (Córdova, 2006).

Diante do exposto, nos sentimos desafiadas a realizar uma pesquisa na área da psicologia utilizando como ferramenta de busca de informações o banco de dados da BVS-PSI (Biblioteca Virtual de Saúde – Psicologia). No dia 20 de outubro de 2008, nomeando como descritor o termo “homosexuality”<sup>1</sup> encontramos na base de dados bibliográficos o Index Psi periódicos técnico-científicos com 126 registros, Index Psi periódicos de divulgação científica com 18 registros, Index Psi teses com 23 registros e o Lilacs (Literatura Latinoamericana e do Caribe em Ciências da Saúde) com 448 registros; na base de dados multimídia, constam 7 materiais da videoteca digital de psicologia; e na base de dados de textos completos 71 registros no total, sendo 12 registrados no PEPsic (Periódico Eletrônico em Psicologia) e 60 registrados no Scielo (Scientific Electronic Library Online).

Ao utilizarmos como descritor o termo “lesbians” já identificamos diferenças. Na base de dados bibliográficos, encontramos apenas 1 registro no Index Psi teses e no Lilacs 9; na base de dados de textos completos 13 registros no total, sendo 1 registrado no PEPsic e 12 no Scielo. Para ampliar a perspectiva, utilizamos com descritor a associação dos termos “lesbians” and “gender”. Neste caso, os registros são ainda menores do que aqueles encontrados a partir do termo “lesbians”, constando, na base de dados bibliográficos, 4 registros no Lilacs e, na base de dados de textos completos, apenas 3 registros no Scielo.

Esse levantamento vem a confirmar que, dentro dos estudos sobre a homossexualidade, persiste a opressão e a hierarquização de gênero, constatadas através das poucas publicações que abordam especificamente a temática de lésbicas. Igualmente, tais dados nos levam a concordar com a posição de João Góis (2003), que reivindicava um

---

<sup>1</sup> O termo utilizado em inglês oferece uma amplitude maior no momento de busca de informações.

aumento de publicações relacionando as questões de gênero e a temática da homossexualidade. Para tanto, o autor apontava como imprescindível que os estudos feministas disponibilizassem um espaço maior de reflexão, que permitissem problematizar os modelos tradicionais demarcados e delimitados pela posição da heterossexualidade compulsória.

Como podemos reconhecer, as lésbicas criaram uma significação própria ao recusarem a dominação e imposição masculina, porém permanecem vulneráveis socialmente, representando que elas são, antes de tudo, mulheres (Rich, 1980). Essa vulnerabilidade social é expressa por Céline Perrin e Natacha Chatcuti (2002) como sendo parte de uma apropriação coletiva das mulheres como grupo, pelo grupo dos homens, marcada por salários desiguais, assédio sexual, violências, estupro etc. De fato, podemos constatar, no meio social, que, mesmo as lésbicas não constituindo relações privadas com homens por meio do casamento ou do concubinato, elas continuam sendo remuneradas como mulheres no mercado de trabalho e podem ser alvo de violência masculina - sob a forma de assédio ou estupro – de modo real ou através de ameaças.

Diante de uma sociedade heterossexista, homens e mulheres homossexuais chegaram a se unir em movimentos de luta das chamadas “minorias” contra a opressão e a exclusão vivenciadas. Aos poucos, as lésbicas começaram a reconhecer as suas especificidades como mulheres no interior desses movimentos. Isso ocorreu principalmente no momento em que perceberam que tinham que enfrentar, além das dificuldades enquanto homossexuais, as dificuldades geradas pela subordinação social feminina (Adelman, 2000). No entanto, a problematização dessas questões não foi contemplada nos grupos já formados, que lutavam pela livre expressão sexual. Nesse sentido, ao considerarem seus interesses de ordem primordial, passaram a organizar movimentos de mulheres lésbicas denominado Galaf – Grupo de Ação Lésbica, criada em 1979, no Brasil, como nos apresenta Luiz Mott (1987) e,

posteriormente, também fundaram a LBL - Liga Brasileira de Lésbica, no ano 2003, que é analisada no artigo de Maria Célia Orlato Selem (2007).

Os discursos, presentes nesses movimentos, reivindicavam maior visibilidade e empoderamento que possibilitassem a emergência de políticas públicas, a fim de viverem com respeito, dignidade e cidadania. As participantes desses movimentos identificaram, nessa trajetória, as possíveis articulações entre os movimentos de lésbicas e os movimentos feministas. Começaram a reconhecer que, ao se vincularem aos movimentos feministas, não se colocam em posição de se sacrificar por lutas que não são suas, como algumas críticas haviam sugerido (Calhoun, 1996); pelo contrário, constataram que a diversidade fortalece o movimento. As lésbicas, como nos relata Line Chamberland (2002 p.3):

Quando defendem o direito ao aborto, lutam por sua própria liberdade, a de dispor de seu próprio corpo. Quando participam da marcha contra a pobreza das mulheres, é por terem vivenciado pessoalmente ou em seu meio, as dificuldades de assegurar sua independência econômica, quer vivam sós ou como casais, e isso mesmo diante de suas uniões serem agora reconhecidas.

A amplitude dessa inserção política já se faz presente no Brasil através da participação cada vez mais atuante de lésbicas brasileiras que, atualmente articuladas com os movimentos feministas, estão lutando por suas reivindicações e conquistando direitos em espaços públicos, promovendo um rompimento da dicotomia público/privado. Nesses espaços, destaca-se o lugar de atuação na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, órgão do governo federal responsável pela orientação do processo de conferências, que visa constituir diretrizes que orientem políticas públicas voltadas às mulheres em todo território nacional (Adrião e Becker, 2006).

É neste cenário que uma nova história de mulheres, que considera a diversidade, começa a ser trilhada. Reconhecemos com isso que, mesmo se apresentando de uma forma

ainda incipiente, a história das lésbicas está progressivamente abandonando o lugar da mitologia e se constituindo em história de mulheres reais que vivem e se relacionam com outras mulheres. Quem sabe, como nos alerta Losandro Antônio Todeschi (2004), até poderíamos nos deparar com o questionamento de algumas pessoas as quais nos perguntariam: para que serve uma nova história das mulheres? E a resposta que consideramos mais adequada, diante dessa realidade, seria: para fazê-las existir, viver e ser em sua plenitude, enquanto mulheres, da maneira que desejarem.

### **Considerações finais**

A questão que se fez presente, neste ensaio, é a de colocar em debate e problematizar os discursos que regulam, normalizam, instauram saberes e produzem “verdades”. Como nos diz Guacira Lopes Louro (1997): se Michel Foucault foi capaz de descrever uma história da sexualidade (1988), foi devido à compreensão de que o corpo e o sexo são históricos, engendrados por múltiplos discursos e que, portanto, são frutos de uma “invenção social”.

A intenção é romper as posições essencialistas e a-históricas sobre os gêneros e, de uma forma especial, um rompimento com a concepção de mulher, identidade fixa e uma imagem cristalizada no tempo e no espaço, que carrega a representação social de mulher frágil e submissa, com função social de desempenhar o papel de mãe e esposa para assegurar a reprodução da espécie humana (Toneli, 2007). Vimos que, através das reformulações e debates críticos presentes nos estudos feministas, tornou-se viável considerarmos as identidades plurais, múltiplas, identidades que se transformam e que, portanto, não são fixas ou permanentes.

Nesse sentido, Débora Britzman (1996) nos permite compreender que no que se refere às questões de desejo, de amor e de afetividade, a identidade ultrapassa os limites do inteligível, surpreende ao criar formas de sociabilidade, política e identificação desvinculada

dos discursos dominantes, que evocam conceitos da biologia, natureza e delimitam padrões de normalidade. A partir disso, sugerimos que se comece a pensar as lésbicas como sujeitos de desejo e não mais limitadas na condição de “assujeitas” (Selem, 2006), ou como diria Judith Butler (2007), na condição de abjetos, por estarem ocupando lugares “inabitáveis” na vida social, isto é, fora do imperativo heterossexual, patriarcal e machista.

Mesmo diante de constantes pressões sociais, o que a vida nos apresenta no dia-a-dia é que existem mulheres reais ao invés de “verdadeiras” mulheres, que têm sua subjetividade construída social e simbolicamente por uma multiplicidade em si, por vários níveis de experiências (Braidotti, 1998). Diante deste cenário, pontuamos que as mudanças, com as quais nos deparamos, são mudanças de paradigmas, que têm proporcionado a apropriação de vidas, de histórias de mulheres lésbicas, permitindo o acesso a vidas e trajetórias, que até então, estavam ocupando o espaço da invisibilidade e do silêncio. Inicia-se o rompimento com o paradigma da naturalização dos corpos e da exclusão binária e dicotômica do “ou, ou” e abre-se o espaço para o “e”, para a inclusão, para o múltiplo e para a diversidade.

Conforme nos apresenta Alain Touraine (2007), as lésbicas, por terem suas experiências pessoais marcadas por julgamentos sociais desfavoráveis, sentem-se mais rejeitadas e mais privadas em sua subjetividade do que as mulheres em geral. Mas, atualmente, vêm reivindicando que suas experiências e suas vivências sejam reconhecidas e que possam, finalmente, proclamar livremente discursos que denotem a apropriação de suas vidas e escolhas. E estes constituíram-se igualmente em nosso objetivo principal de facilitar a emergência de uma visão que contemple as lésbicas, enquanto mulheres, e que finalmente possam se posicionar no mundo de um modo, tal como evidenciamos no estudo de Alain Touraine (2007, p.31):

Eu sou uma mulher, quer dizer: mulher. Eu tenho o direito de ser uma mulher e de dar a este personagem o conteúdo que escolhi. Esta escolha é uma prova de minha

liberdade, minha capacidade de me definir, me conduzir e me valorizar em relação a mim mesma.

## Referências

- Adelman, M. (2000). Paradoxos da identidade: a política de orientação sexual no século XX. Revista Sociologia Política, Curitiba, 14, 163-171.
- Adrião, K.V. & Becker, S. (2006). Algumas reflexões sobre produção da categoria de gênero em contextos como o movimento feminista e o poder judiciário. Physis: revista da saúde coletiva, 16 (2), 273-292.
- Badinter, E. (1993). XY, sobre a identidade masculina. (2ªed). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Beauvoir, S. (1949). Le deuxième sexe. Paris: Editions Gallimard.
- Braidotti, R. (1998). Sujeitos nômades. Corporización y diferencia sexual en la teoría feminista contemporânea. México: Paidós.
- Britzman, D.P. (1996). O que é essa coisa chamada amor: identidades homossexuais, educação e currículo. Educação e realidade, 21, (1), 71-96.
- Butler, J. (1998). Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo. Cadernos Pagu, 11, 11-42.
- \_\_\_\_\_ (2003). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_ (2007). Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do sexo. In Louro, G.L.(Ed.) O Corpo educado: pedagogias da sexualidade.(3ed.). (pp. 151-172). Belo Horizonte: Autentica.



- Calhoun, C. (1996). The gender closet: Lesbian Disappearance under the sing Women. In Vicinus, M. (Org.). Lesbian Subjects. A feminist Studies Reader. (pp.209-232). Bloomington et Indianápolis: Indiana University Press.
- Chamberland, L. (2002, julho/dezembro). O lugar das lesbianas no movimento das mulheres. Labrys: Estudos Feministas. (1-2). [on-line]. Disponível em: [http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1\\_2/livre/htm](http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/livre/htm)
- Colling, A. (2004). A construção histórica do feminino e do masculino. In Strey, M.N.; Cabeda, S.T. & Prehn, D.R. (Org.). Gênero e cultura: questões contemporâneas (13-38). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Costa, C.L. (2000). O feminismo e o pós-modernismo/pós-estruturalismo:(in)determinações da identidade nas (entre)linhas do (com)texto. In Pedro, J M; Grossi, M p (orgs). Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinariedade (57-90). Florianópolis: Editora Mulheres.
- \_\_\_\_\_ (2002). O sujeito no feminismo: revistando os debates. Cadernos Pagu, 19, 59-90.
- Costa, C.L.& Schmidt, S.P. (2004). Feminismo como poética/política. In Costa, C.L.& Schmidt, S.P.(Eds.). Poética e política feminista. (PP.9-18). Florianópolis: Ed. Mulheres.
- Costa, Jurandir Freire. (1995). A construção cultural da diferença entre os sexos IN Heilborn, L. & Carrara, S. (org.) Sexualidade, Gênero e Sociedade. Publicação Semestral, Ano 2, n 03.
- Córdova, L. F. (2000). Amor sem vergonha: trajetórias pessoais e vida conjugal entre gays e lésbicas na comunidade de Ratoles. Dissertação de Mestrado não publicado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Florianópolis: UFSC.
- \_\_\_\_\_ (2006). Trajetórias de homossexuais na ilha de santa Catarina: temporalidades e espaços. Tese de dissertação não publicada, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis: UFSC.

- Foucault, M. (1988). A história da sexualidade I: a vontade de saber. (12. ed.). Rio de Janeiro: Graal. (Original work published in 1969).
- \_\_\_\_\_ (1996). Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal.
- Gatti, J. (1999). Mais amor mais tesão: história da homossexualidade no Brasil. Revista Estudos Feministas, 7 (2), 145-163.
- Giddens, A. (1993). A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: editora da UNESP.
- Godoy, R.M. (2001). Encontros prazerosos: modos e estilos de vida de mulheres lésbicas em Florianópolis. Dissertação de Mestrado não publicado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis: UFSC.
- \_\_\_\_\_ (2008). Modos de vida de mulheres lésbicas em Florianópolis. In Lago, M.C.; Toneli, M.J.; Beiras, A.; Vavassori, M.B. & Muller, R.C. (Org.). Gênero e pesquisa em psicologia social (pp.75-90). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Góis, J. B. H. (2003). Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. Revista Estudos Feministas, 11 (1), 289-297.
- Grossi, M. (2004). A revista estudos feministas faz 10 anos. Estudos Feministas, 12, 211-221.
- Katz, J.N. (1996). A invenção da heterossexualidade. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Lacerda, M., Pereira, C., Camino, L. (2002). Um Estudo sobre as Formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. Psicologia: Reflexão e Crítica, 15 (1), 165-178.
- Laquer, T. (1990). Making sex: body and gender from the Greeks to Freud. Cambridge: Havard University.
- Lauretis, T. (1994). A tecnologia do gênero. In Holanda, H.B. (org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. (PP. 206-242). Rio de janeiro: Rocco.

- Louro, G.L. (1997). Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes.
- \_\_\_\_\_ (2001). Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação. Revista Estudos Feministas, 9 (2), 541-553.
- \_\_\_\_\_ (2002). Epistemologia feminista e teorização social – desafios, subversões e alianças. In Adelman, M. & Silvestrin, C.B. (Orgs.). Coletânea Gênero Plural. (pp.11-22), Curitiba: Editora UFPR.
- \_\_\_\_\_ (2005, abril). Heteronormatividade e homofobia. Trabalho apresentado no I Simpósio Paraná-São Paulo de sexualidade e Educação Sexual. São Paulo: Araraquara.
- Loyola, M. (2003). Sexualidade e medicina: a revolução do século XX. Cadernos de Saúde Pública, [on-line], 19 (4). Disponível em: [http://www.scielo.org.php?script=sci\\_arttext&pid=s0102311x2003000400002&ing=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.php?script=sci_arttext&pid=s0102311x2003000400002&ing=en&nrm=iso)
- Maluf, S. (2004). O dossiê da REF: além das fronteiras entre academia e militância. Estudos Feministas, 12, 271-283.
- Mariano, S. (2005). O sujeito do Feminismo e o pós-estruturalismo. Estudos Feministas, 13 (3), 483-505.
- Mott, L. (1987). O lesbianismo no Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- Mouffe, C. (1999). Feminismo, cidadania e política democrática radical. Debate feminista. São Paulo: Cia Melhoramentos.
- Narvaz, M. (2005, maio). Metodologias Feministas. Trabalho publicado em Anais de Evento. Congresso Norte-Nordeste de Psicologia. Bahia: Salvador.
- Nicholson, L. (2000). Interpretando o gênero. Revista Estudos Feministas, 8 (2), 9-41.
- Nunan, A. (2003). Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro: Caravansarai.

- Pereira, V.L. (2004). Gênero: dilemas de um conceito. In Strey, M.N., Cabeda, S.T.L. & Prehn, D.R. (Orgs.) Gênero e cultura: questões contemporâneas. (pp.173-198). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Perrin, C. & Chetcuti, N. (2002, julho/dezembro). Além das aparências: sistema de gênero e encenação dos corpos lesbianos. Labrys: Estudos Feministas. (1-2).[on-line]. Disponível em: [http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1\\_2/htm](http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/htm)
- Perucchi, J. (2001). Eu, tu, elas: investigando os sentidos que mulheres lésbicas atribuem às relações sociais que elas estabelecem em um gueto GLS de Florianópolis. Dissertação de Mestrado não publicado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis: UFSC.
- \_\_\_\_\_ (2008). Eu, tu, elas... in the ghetto: os sentidos do homoerotismo feminino sob a ótica do território. In Lago, M.C.; Toneli, M.J.; Beiras, A.; Vavassori, M.B. & Muller, R.C. (Org.). Gênero e pesquisa em psicologia social (pp.62-74). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Portinari, D. (1989). O discurso da homossexualidade feminina. São Paulo: Brasiliense.
- Prado, M.A., Machado, F.V. (2008) Preconceito contra homossexuais: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez.
- Rago, M. (2002). Libertar a história. In Rago, M.; Orlandi, L.L. & Veiga Neto, A. (Orgs.). Imagens de Foucault e Deleuze. Rio de Janeiro: DP&A.
- Rich, A. (1980). Compulsory heterosexuality and lesbian existence. In Parker, R. e Aggleton, P. (Eds.). Culture, Society and Sexuality: A Reader. (pp. 199-225). Los Angeles: University of California Press.
- Rotter, N. G. (1978). Tripping up from girl to colleague: training barriers to women doing research. In O'Connell, A.N. et al (orgs). Gender-specific barriers to research in psychology. JSAS: Catalog of selected documents in Psychology, 8,80.

- Scott, J.W. (1994). Prefácio a gender and politics of history. Cadernos Pagu, 3 (Desacordos, desamores e diferença), 5-22
- \_\_\_\_\_ (2002). A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Editora Mulheres.
- Selem, M.C.O. (2006, julho). Quem é essa mulher? lugares e sujeitos do feminismo. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceitos. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. [on-line]. Disponível em: [http://www.fazendogenero7.ufsc.br/st\\_20.html](http://www.fazendogenero7.ufsc.br/st_20.html).
- \_\_\_\_\_ (2007, julho/ dezembro). A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbicas. Labrys: Estudos Feministas. (12). [on-line]. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys12/livre/celia.htm>
- Sherman, J A & Denmark, F L (1978). The psychology of women: future directions of research. New York: Psychological Dimensions.
- Strey, M.N. (1998). Gênero. In Strey, M.N., Jacques, M.G.C., Bernardes, N.M.G. et al. (Orgs.). Psicologia social contemporânea: livro texto. (181-198). Petrópolis, R. J: Vozes.
- Swain, T.N. (2002, julho/dezembro). Feminismo e lesbianismo: quais os desafios? Labrys:Estudos Feministas. (1-2). [on-line]. Disponível em: [http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1\\_2/index.html](http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/index.html).
- \_\_\_\_\_ (2004a, agosto/dezembro). O normal e o abjeto: a heteronormatividade compulsória e o destino biológico das mulheres. Labrys: Estudos Feministas. (6). [on-line]. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys6/index.html>.
- \_\_\_\_\_ (2004b). Feminismo, corpo e sexualidade. In Rial, C.S.M. & Toneli, M.J.F. (Org.) Genealogias do silêncio: feminismo e gênero (183-194). Florianópolis: Editora Mulheres.

- \_\_\_\_\_ (2007). Lesbianismos, cartografia de uma interrogação. In Ribeiro, P.R.C., Silva, M.R.S da, Souza, N.G.S de. et al. (Orgs.) Corpo, Gênero e Sexualidade: Discutindo práticas educativas. (pp.9-17). Rio Grande: FURG.
- \_\_\_\_\_ (2008, Janeiro/Junho). Os limites do corpo sexuado: diversidade e representação social. Labrys: Estudos Feministas. [on-line]. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys13/leituras/anahita.htm>
- Todeschi, L.A. (2004). O ensino da história e a invisibilidade da mulher. Ciências Sociais, Unisinos, 40 (165), 153-164.
- Toledo, L. G. (2007, outubro). Considerações Narrativas sobre as vivências afetivo-sexuais entre lésbicas e suas relações com os mitos e estereótipos a respeito da lesbianidade. . Trabalho apresentado em anais de evento. XIV Encontro Nacional da Abrapso. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro.
- Toneli, M.J.F. (2003). Publicações feministas sediadas em Ongs: limites, alcances e possibilidades. Estudos Feministas, 11 (1), 265-270.
- \_\_\_\_\_ (2007). Sexualidade, gênero e gerações: continuando o debate. In Jacó-Vilela, A.M. & Sato, L. (Orgs.). Diálogos em psicologia social. (pp.141-158). Porto Alegre: editora Evangraf.
- Touraine, A. (2007). O mundo das mulheres. Petrópolis, RJ: vozes.
- Urger, R K (1975). Sex role stereotypes revisited: psychological perspectives on women's studies. New York: Harper e Row.
- \_\_\_\_\_ (1978). Structural barriers to women doing research. In O'Connell, A.N. et all (orgs). Gender-specific barriers to research in psychology. JSAS: Catalog of selected documents in Psychology, 8,80.
- Urger, R K & Denmark, F L (1975). Women; dependent or independent variable? New York; Psylogical Dimensions.

Weeks, J. (2007). O corpo e a Sexualidade. In Louro, G.L. (Ed.). O Corpo educado: pedagogias da sexualidade. (3 ed.). (pp. 37-82). Belo Horizonte: Autentica.

Wittig, M. (1980). La pensée Straight. Questions feministes. Paris: Ed. Tierce.

O PROCESSO DE AUTO-RECONHECIMENTO E VISIBILIDADE SOCIAL DE  
MULHERES QUE AMAM MULHERES

**Self-knowledge process and social visibility of  
women who love women**

**Aline da Silva Piason  
Marlene Neves Strey**

**Resumo**

Esse texto apresenta uma pesquisa qualitativa, descritiva, que tem como objetivo conhecer o processo de reconhecer-se lésbica e a vivência desta orientação sexual, bem como conhecer sua percepção frente à visibilidade ou invisibilidade dessa orientação sexual na família e na sociedade. As participantes deste estudo são mulheres com idades acima de 19 anos que se identificam como lésbicas. A seleção das entrevistadas foi realizada através da técnica *Snowball Sampling* (amostragem por bola de neve) e teve como ponto de partida o contato com ONGS que defendem a livre expressão sexual, localizadas na cidade de Porto Alegre. É utilizado, nesta pesquisa, o enfoque dos estudos de gênero apoiados em teorias pós-estruturalistas, que têm proporcionado importantes contribuições no sentido de desnaturalizar preconceitos, construindo gênero em um campo de estudos de concepções relacionais. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas narrativas que, após serem transcritas, foram submetidas à análise de discurso. Os resultados apontam que assumir para si mesmas seus desejos sexuais por outra mulher, envolve um processo de lutas e negociações entre as pressões externas e resistências internas; consideram necessário ultrapassar as experiências de invisibilidade na família e na sociedade, almejando serem respeitadas em seus direitos enquanto pessoas e cidadãs. Por fim, são feitas sugestões quanto à realização de intervenções psicossociais que visam promover o empoderamento destas mulheres.

Palavras-chave: gênero, orientação sexual, lésbicas e visibilidade.

**Abstract**

This paper presents a qualitative, descriptive study aimed at learning about the process of recognizing oneself as a lesbian and the experience of this sexual orientation, as well as learning about perceptions regarding the visibility or invisibility of this sexual orientation in family and in society. The participants in this study are women aged above 19 who identify themselves as lesbians. The selection of interviewees was carried out using the Snowball Sampling technique and its starting point was contact with NGOs that champion free sexual expression, located in the city of Porto Alegre. This research focuses on gender studies supported by post-structuralist theories, which have provided important contributions for denaturalizing prejudices, constructing gender in a field of studies of relational conceptions. Data collection was carried out by means of narrative interviews, which after being transcribed were subjected to discourse analysis. The results point out that self-recognition of their sexual desires for other women involves a process of struggles and negotiations between external pressure and internal resistance; they think it is necessary to overcome the experiences of invisibility in family and society, aiming at seeing their rights as people and citizens respected. Finally, suggestions are made regarding the implementation of psychosocial interventions to promoting the empowerment of these women.

Keywords: gender, sexual orientation, lesbians and visibility.



## Introdução

Este artigo é fruto de uma pesquisa realizada com mulheres que se identificam como lésbicas, com o objetivo de buscar conhecer o processo de se reconhecer lésbica e a vivência dessa orientação sexual, enfatizando suas percepções frente à visibilidade ou invisibilidade de sua orientação sexual na família e na sociedade. Na realização desta pesquisa, consideramos, assim como Rosane Godoy (2008), que estudar as experiências e vivências em relação à sexualidade constitui um modo de contribuir para a relativização e o questionamento do modelo hegemônico de sexualidade (heterossexual), que, através dos discursos dominantes, acabam por ocultar as demais formas de vivência sexual em nossas relações sociais. Nesse sentido, busca-se, igualmente, problematizar o “pacto do silêncio” e o espaço da invisibilidade que as lésbicas ocupam em nossa sociedade machista e patriarcal.

Nas reflexões presentes em estudo realizado por Marlene Strey (2004), foram levantadas hipóteses, a partir de pesquisa realizada por Eicher (1978), de que as mulheres, em um período pré-histórico datado entre os anos 12.000 e 8.000 ac, poderiam ter vivenciado e gozado de plena liberdade sexual. Porém, tal fato permanece como hipótese sem comprovação. O que se reconhece historicamente é a presença do controle e da repressão dos impulsos sexuais femininos, principalmente diante do modelo proposto de uma família patriarcal, transformada em pilar de nossa sociedade. O que percebemos, então, é que essa visão misógina tem sido perpetuada na história da humanidade e transmitida de geração em geração até os nossos dias.

As mulheres foram historicamente descritas e narradas a partir da representação, dos desejos e do imaginário masculino. Seu corpo se produz nesse imaginário e adere as práticas que se articulam em espaços definidos, ritmos, formas de se vestir, gestos, olhares permitidos e proibidos. É fruto de um contexto social, que cria, esquadrinha ou exclui. Fixadas em seus

corpos e suas produções, as mulheres simbolizam a reprodução humana e a afetividade. Aparecem, durante muito tempo, não como sujeitos, mas como seres apropriados e utilizados socialmente frente ao poder e à dominação masculina. Assim, permanecem silenciadas no mundo da vida privada e familiar, sendo impossibilitadas de expressar outras formas de criação. (Colling, 2004; Strey, 2004; Swain, 2008).

As representações em relação às mulheres atravessam os tempos e estabelecem, através do simbólico, as diferenças entre os sexos. No discurso dominante, os valores ligados aos tributos físicos tais como força, tamanho, beleza, à divisão do trabalho em casa, à contribuição monetária na família, à autoridade do pai, à doçura da mãe, são constitutivos das representações que, ainda hoje, influenciam desde cedo o sentimento de pertencimento a um sexo determinado. Assim, tudo isso passa a ser “natural”, pois faz parte do ser sexuado e de sua imagem no mundo. Nesse sentido, a menina incorpora e é assujeitada pelas representações da “verdadeira mulher”, da qual a maternidade e o desejo do casamento são partes constitutivas (Louro,1997; Swain,2002). E a lesbiana, como Tânia Swain (2007) prefere denominar, insere-se nesse contexto social mediante a recusa de uma sexualidade imposta em seu processo de subjetivação e afasta os comportamentos estereotipados do ser mãe e esposa. Nesse sentido, até mesmo a maternidade se tornaria uma escolha, nunca uma imposição social ou “natural”.

Reconhecemos, nesse momento, uma possibilidade de crítica em relação à visão que supõe uma coerência entre sexo, desejo e sexualidade que foi concebida com “a verdade” em relação à natureza humana. Para romper com idéias universais e essencialistas sobre “ser mulher”, inicia-se um processo que possibilita pensar as categorias como natureza, sexo, corpo, raça, orientação do desejo, a partir de uma perspectiva histórica, compreendendo que trata-se de noções criadas em momentos específicos da produção de conhecimento (Colling, 2004; Costa, 2002; Pereira, 2004). Assim, revela-se que a produção de identidades de gênero

fixas corresponde aos interesses da sociedade que instituem a heterossexualidade compulsória e regulam a sexualidade dentro do domínio reprodutivo (Butler, 1998, 2003; Louro, 1997; Swain 2004, 2008).

Segundo Marco Aurélio Prado e Frederico Viana Machado (2008), as normas que garantem a heterossexualidade podem não ser escritas nem explícitas, mas são sutis, onipresentes e inflexíveis. Fazem parte do contexto social em que o mais ligeiro deslize é recriminado e punido, através de um conjunto de disposições e práticas de controle e regulação do corpo-espécie, denominado por Michel Foucault de biopoder (1988). Nesse sentido, qualquer atitude que afaste a correspondência de um ser humano nascido com o sexo feminino de seu papel de gênero de mulher, em nossa sociedade heterocentrada e machista, acaba por ser extremamente vigiada e cobrada. Sendo assim, podemos compreender que a identidade lésbica é aprendida e representada em um processo de lutas frente ao objetivo de alcançar congruência e fluidez em relação ao que se está sentindo e vivenciando. Nessa perspectiva, Silvia Gomide (2007) comenta sobre a trajetória de construção da identidade lésbica. Diz envolver uma sensação subjetiva de ser diferente de pessoas heterossexuais, entender o significado homossexual desses sentimentos, aceitar os sentimentos e suas conseqüências para a sua identidade e ir ao encontro de pessoas semelhantes.

No entanto, Tânia Navarro Swain (2004) considera que existe um leque extenso de formas de ser lesbiana, de ter visibilidade, de afirmar uma resistência às normas, de reivindicar um estilo de vida, uma cultura, o pertencimento a um grupo e o direito à cidadania. Mas destaca que em termos de visibilidade, as lesbianas “femininas” não são identificáveis, não causam um impacto no olhar, já que não se distinguem das mulheres heterossexuais. “Talvez causem espanto, na circulação de boatos: quem diria, tão bonita, tão feminina, que pena!” (Swain, 2004 p.6).

Louro (2005) também aborda, em seus estudos, a questão de que a lesbianidade pode se constituir em uma forma mais invisível, pois abraços, beijos, mãos dadas, a atitude de “abrir o coração” para a amiga/parceira são práticas comuns do gênero feminino em nossa cultura. A autora comenta, inclusive, que pode existir uma dificuldade no processo de reconhecimento, sendo que a intimidade cultivada nas relações de amizade entre mulheres e a expressão da afetividade por proximidade e toque físico obscurecem possíveis divisórias entre essas relações.

Os envolvimento amorosos e sexuais entre mulheres eram (e na realidade de muitas lésbicas ainda são) conhecidos como “o amor que não ousa dizer o nome” denunciado na obra clássica “A epistemologia do armário” (1990) da autora Eve Kosofsky Sedgwick. Como vimos até o momento, vivemos em espaços em que imperam regimes discursivos de normatividade, violência simbólica e material. A invisibilidade policiada atravessa o processo de identificação, desidentificação e rearticulação, de construção de um novo discurso do eu, dos outros e do desejo (Britzman, 1996).

Débora Britzman (1996) aponta que os homossexuais, sejam gays ou lésbicas, acabam se envolvendo em suas vidas no dilema de revelar ou não aos outros sua orientação sexual. Aprendem a esconder os significantes da homossexualidade de quem não os tolera e, ao mesmo tempo, se questionam de como torná-los perceptíveis para aqueles que consideram importantes e que estariam interessados em reconhecê-los. A autora comenta que, em estudos sobre a homossexualidade, a temática apresentada através da expressão “sair do armário”, ou seja, a questão de visibilidade ou invisibilidade social se faz presente como o centro de questionamentos e problematizações.

Para Míriam Adelman (2000), a maioria dos homossexuais ainda mantém a identificação de sua orientação sexual no anonimato, ou seja, como um segredo a ser mantido pelo risco de sofrer grande estigma social, rejeições familiares, marginalização social e perda

de emprego. Mesmo entre as culturas norte-americanas e européias, que são reconhecidas como culturas de livre expressão, estudos realizados recentemente (Gedro, 2006; Suter, Bergen, Daas e Durham, 2006) apontam que ainda é motivo de muita tensão para os homossexuais, em especial às lésbicas, a tomada de decisão quanto à proposta de revelar sua orientação sexual. O fato de assumir-se, enquanto lésbica, repercute na possibilidade de ficar vulnerável às violências de todos os tipos e, inclusive, ao risco da perda do emprego, que ainda é motivo de luta para as mulheres que conquistaram o mercado de trabalho e alcançaram o espaço público.

No Brasil, em pesquisa realizada por Oliveira (2006), a maioria das lésbicas relata que é complexo viver sem o reconhecimento, a aceitação social e a proteção legal e que, ao mesmo tempo, assumir sua sexualidade implica em uma vida de embates, com dificuldades, medos, rejeições, aceitações parciais e isolamento familiar, pelo fato de, muitas vezes, não serem aceitas pelo pai e haver o distanciamento da mãe. Essa pesquisa aponta também para a relevância de se realizar estudos sobre a questão da lesbianidade, não somente para visibilizar a temática, mas, principalmente, para visibilizar as lésbicas, que não fizeram a opção de ser, mas sim de viver e expressar o seu desejo sexual e afetivo – assumindo ou não – sua orientação sexual.

Quanto às possibilidades de uma visibilidade social, considera-se que os movimentos homossexuais GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e travestis), no Brasil, acabam por repetir o privilégio masculino evidenciado na sociedade mais ampla. As lésbicas, envolvidas nesses movimentos, consideram que suas reivindicações e experiências continuam secundárias face às dos homens gays (Louro, 2001; Mott, 1987; Selem, 2007). Nesse sentido, James Green, em entrevista realizada por José Gatti (1999), assinala como necessário que mais estudos e pesquisas se voltem para a vida das mulheres brasileiras que amam e se relacionam sexualmente com outras mulheres, referindo que o mundo das lésbicas ainda é muito mais

limitado, pois, apesar de terem ocorrido alguns avanços, elas continuam possuindo menos acesso à vida pública. As pesquisas sobre representações sociais (Scardua e Souza Filho, 2006; Lacerda, Pereira, e Camino, 2002) corroboram essa visão, apontando que os homens homossexuais se envolvem mais em movimentos de lutas e enfrentamentos da violência em espaço público e que as lésbicas ainda estão enfrentando dificuldades e vivenciando sofrimentos no âmbito familiar, centrando suas reivindicações e buscando a aceitação no espaço privado das inter-relações.

Os estudos e os movimentos realizados até o momento atual (Córdova, 2000, 2008; Godoy, 2001, 2008; Gomide, 2007; Pierucchi, 2001, 2008; Sélem, 2006) apontam para a necessidade de se desconstruir e romper a invisibilidade histórica das lésbicas. Para viabilizar essa questão, considera-se que cabe a cada um (a) de nós desautorizar e deslegitimar as narrativas estabelecidas e proporcionar como centralidade a contestação às posições essencialistas e a-históricas sobre a “natureza feminina”, além de interrogar e questionar os discursos que tentam fixar identidades sexuais e sociais particulares, problematizando as narrativas que apresentam a heterossexualidade como uma evidência natural das mulheres (Todeschi, 2004).

Como nos diz Alain Touraine (2007), ser lésbica não pode ser considerado uma natureza em si, pois trata-se de uma experiência pessoal marcada por julgamentos sociais geralmente desfavoráveis, como todas as condutas que separam o prazer sexual da reprodução. As lésbicas encontram-se em um constante “cruzar de fronteiras”, um remapeamento dos limites entre corpo e discurso, entre o mundo de fora e o mundo de dentro, em um contínuo engajamento do eu na realidade social (Swain, 2004). Ser lésbica, portanto, se traduz em uma multiplicidade de experiências complexas e potencialmente contraditórias (Braidotti, 1998).

É preciso dar voz a essa multiplicidade e diversidade. Para tanto, consideramos que os estudos de gênero podem se mostrar uma ferramenta importante nessa tarefa. A abordagem de gênero é amplamente reconhecida como facilitadora na produção de novos questionamentos para os estudos das mulheres e vêm trazendo importantes contribuições para desnaturalizar preconceitos (Pereira, 2004; Narvaz, 2005). Mais especificamente, os estudos de gênero, apoiados em teorias pós-estruturalistas (Butler 1998, 2003; Lauretis, 1990; Nicholson, 2000; Scott, 1986), procuram romper a perspectiva essencialista e heterossexista, ou seja, propõem uma perspectiva para além do binário do sistema sexo-gênero (Pereira, 2004; Narvaz, 2005). Visualiza-se uma nova proposta, um novo olhar sobre o social e sobre as relações de gênero que procuram gerar uma experiência feminina centrada no desejo de conexão e em uma visão que ressalta o múltiplo, o aberto, o indeterminado, o imprevisível (Todeschi, 2004).

Buscamos, através desse artigo, produzir diálogos entre as teorias sobre gênero e estudos sobre homossexualidade, assim como propõe João Góis (2003). Essa posição também se aproxima às reivindicações feitas por Adrienne Rich (1980), às feministas americanas, uma vez que considerava importante a inclusão de experiências lésbicas nos estudos de reflexões feministas, com o objetivo de enriquecer a leitura das experiências subjetivas das mulheres como um todo.

## **Método**

Para viabilizar a realização desse estudo, utilizamos o método qualitativo que vai ao encontro do objetivo de obter conhecimento através do detalhamento de fenômenos como vivências, sentimentos, pensamentos e emoções que se tornam difíceis de ser compreendidos por outros meios de pesquisa. Esse método tem se mostrado especialmente adequado no

estudo de questões controversas, principalmente em estudos de gênero. É considerado uma maneira importante de pesquisa, tendo em vista que permite, entre outras coisas, destacar o que os (as) participantes dizem “em suas próprias palavras” (Carrilho e Sánchez, 2004 p. 86).

Participaram deste estudo oito mulheres com idades entre 22 a 44 anos que se identificam como lésbicas. A seleção das participantes foi realizada através da técnica *Snowball Sampling* (amostragem por bola de neve) e teve como ponto de partida o contato com ONGS que defendem a livre expressão sexual, localizadas na cidade de Porto Alegre. Esta técnica é sugerida em pesquisas como a de Andréa Cechin (2005) e Adriana Numan (2003) por se tratar de pessoas que geralmente convivem em grupos cujos membros se conhecem entre si, como as comunidades homossexuais de gays e lésbicas e também pela dificuldade de identificação desta população, uma vez que muitos ainda optam por viver sem o reconhecimento de sua orientação sexual.

A partir do encontro inicial com os coordenadores de duas ONGS em Porto Alegre, estabelecemos o contato com a primeira participante desse estudo. Após a realização de cada entrevista, foi solicitada a indicação de uma nova pessoa. Realizamos quatro entrevistas com lésbicas que são envolvidas no movimento LGBT. Mas, com o objetivo de poder conhecer a realidade de lésbicas que não participam ativamente desses movimentos, reiniciamos os contatos a partir da indicação de pessoas ligadas ao círculo de amizades de uma das autoras deste artigo. Nessa seqüência, realizamos mais quatro entrevistas, seguindo as indicações advindas das próprias entrevistadas. Todas participantes possuem nível superior, atuando na área da contabilidade, direito, educação, psicologia e serviços públicos. Fazem parte tanto da classe social baixa quanto da classe média da sociedade.

Os dados foram coletados por meio de entrevista narrativa, na qual as participantes foram solicitadas a relatar suas experiências no processo de se reconhecerem lésbicas, bem como suas vivências quanto à sua orientação sexual. Esse tipo de entrevista é indicado para



pesquisas qualitativas por ser considerado não estruturado e de profundidade (Jovchelovitch e Bauer, 2002).

A idéia básica da entrevista narrativa é reconstruir acontecimentos sociais a partir da perspectiva do informante. Considera-se que, através da narrativa, as pessoas lembram fatos que aconteceram em suas vidas, colocam as experiências em uma seqüência, encontram possíveis explicações e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social (Jovchelovitch e Bauer, 2002). Tendo em vista que a entrevista narrativa necessita de uma situação que encoraje e estimule a entrevistada a contar a história sobre os acontecimentos de sua vida e seu contexto familiar e social, foi utilizada como tópico introdutório a seguinte questão: Conte sobre suas experiências no processo de se reconhecer lésbica e fale de suas vivências no que se refere à sua orientação sexual.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas, com o consentimento prévio de cada participante, que também assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para a análise dos dados, optamos pela análise de discurso. Mais especificamente, foi adotada a análise de discurso associada ao pós-estruturalismo de Michel Foucault (2002; 1988). Este tipo de análise está interessado não nos detalhes de textos falados e escritos, mas em olhar historicamente os discursos, bem como conceber que os discursos são sempre produzidos em razão de relações de poder que, por sua vez, fazem emergir inúmeros saberes (Ficher, 2001; Narvaz, Nardi e Morales, 2006).

Para Michel Foucault (1986), as palavras são construções e a linguagem constitutiva de práticas sociais que se encontram permanentemente presas, amarradas às relações de poder, que as supõem e as atualizam. Assim, a análise de discurso, baseada na perspectiva de Foucault, refere-se a um esforço de interrogar a linguagem presente nos discursos de lésbicas, perguntando-se de que modo a linguagem é produzida e o que determina a existência daquele enunciado singular e limitado. Trata-se de “mapear” os ditos, sempre levando em

consideração que há possibilidades de discursos, ou seja, que o discurso não tem apenas um sentido, uma verdade, mas uma história.

Consideramos que, através desse tipo de análise, é possível compreender e desvelar a formação discursiva dominante presente nos discursos de lésbicas que, por sua vez, repercutem na maneira de compreender o mundo e a si mesmas. Essa compreensão não é determinada pela natureza em si, mas pelos processos sociais que, por exemplo, normalizaram ou naturalizaram a forma de se relacionar e viver sua sexualidade.

Contudo, fazer análise do discurso implica questionar os pressupostos, nos quais nos apoiamos para dar significado às coisas, tornando-se adequada a proposta desta pesquisa, por envolver um tema que interroga a norma social vigente da heterossexualidade compulsória (Swain, 2004; 2007), uma vez que procuramos descrever o processo de reconhecer-se lésbica e dar voz às mulheres que vivenciam esta orientação sexual.

### **Apresentação e Discussão dos Resultados**

O *corpus* desta pesquisa consiste nas narrativas de lésbicas em relação ao processo de reconhecimento de sua orientação sexual, envolvendo suas vivências e experiências no campo da sexualidade. Além disso, consideramos suas percepções no que se refere à visibilidade e invisibilidade que permeiam suas relações sociais e familiares.

Buscamos explorar os discursos, compreendendo que são construções históricas e políticas, implicadas nas redes de relações sociais. Essa análise envolve o esforço de interrogar a linguagem, ou seja, o que realmente foi dito na sua intensidade, ao invés de realizar interpretações ou desvelamentos na busca de verdades e de sentidos ocultos no discurso, como nos adverte Martha Narvaz, Henrique Nardi e Bianca Morales (2006). Assim, “trabalhar com os relatos, a partir dessa perspectiva, é tomá-los como um campo de

possibilidades e de atravessamentos de discursos” (Moreira, 2008). Cabe ressaltar que, para apresentar a análise dos discursos, utilizamos nomes fictícios para preservar a identidade das participantes.

As entrevistas representam um momento de reflexão sobre o processo de cada participante. Nesse momento de resgate de suas trajetórias de vida, algumas entrevistadas comentam sobre sua auto-percepção enquanto lésbicas, através das lembranças de brincadeiras, experiências e descobertas vivenciadas na infância: *“sabe aquela curiosidade (...) Estávamos brincando de namorada, de mãozinha dada e aí rolou aquela coisa de selinho, mas aquilo já me deu um opa! (...) foi uma coisa que mexeu, que me marcou tanto que eu falo sobre isso até hoje”* (Fabi, 42anos). Outras participantes comentam que a descoberta sobre sua orientação sexual ocorreu a partir da adolescência: *“(...) eu tinha 12 anos. Estudava numa escola de freiras, no interior. Lá nessa escola tinha uma professora de educação física que era muito legal e eu me apaixonei por ela”* (Joana, 44anos). Mas, de um modo geral, elas consideram que sua auto-afirmação, o reconhecimento para si mesmas, ocorreu com a maturidade, ao iniciarem a vida adulta, como exemplo: *“com 24, 25 anos eu decidi o que queria (...) agora eu já estou com 42 anos, já tem um tempo aí... (risos) já tenho minha opinião formada”* (Fabi, 42 anos).

Em relação ao processo de reconhecimento de seus desejos, da orientação sexual, de assumirem para si mesmas sua identidade, enquanto lésbicas, o que percebemos é que não foi algo fácil de ser enfrentado em suas vidas. O temor do desconhecido provoca medo, angústia, receio, conflitos: *“Aquilo me fez pensar assim, pro resto da vida que eu poderia ser lésbica. Aquele beijo inocente... Porque eu cai por cima dela, na brincadeira, brincadeira de criança, e daí eu fiquei com muito medo de ser lésbica”* (Maria, 24 anos).

Algumas participantes conseguiram identificar que esses medos e temores, que repercutiram na dificuldade de seu processo de auto-aceitação, estão permeados pelos

discursos presentes em suas famílias, na escola, por concepções religiosas, como encontramos nos relatos: “(...) *eu achava algumas mulheres interessantes, mas eu achei um jeito de suprimir isso. Achava errado, isso não é certo. Como eu venho de uma família evangélica da Igreja Adventista do Sétimo Dia, eu achava errado isso (...)*” (Rosa, 42 anos). “*Com as meninas da minha idade eu sentia que não podia me abrir e na escola de um modo geral você imagina aquele bando de freira e as questões religiosas, que era pecado, e eu sofri muito*” (Joana, 44 anos).

No que se refere a estas vivências de repressão e sofrimento, evidenciadas nas narrativas das participantes, Michel Foucault (1988; 1996) nos possibilita compreender a experiência ao dizer que a sexualidade é produzida e regida por múltiplos discursos que são apresentados como “verdades” a respeito do corpo e seus prazeres, denominados dispositivos da sexualidade. A partir desta concepção, Guacira Louro (2007) também comenta que os discursos advindos da família, escola, mídia, igreja, lei, participam da produção de uma pedagogia da sexualidade e de gênero que institui a heterossexualidade como a norma e proclamam que a natureza humana é o desejo pelo sexo oposto ao seu. A autora, nesse sentido, nos faz um convite à reflexão: qual a necessidade de que “a norma” seja constantemente reiterada? Se a heterossexualidade é algo que acontece naturalmente, se esta é “a verdade”, em relação às experiências humanas, quais os motivos de tantos esforços para se afirmar e reafirmar essa forma de sexualidade?

Ao adotarmos uma posição mais crítica diante da realidade que nos cerca, passamos a perceber que tais discursos agem por meio da opressão, definindo os padrões de comportamentos e de condutas, rejeitando e invisibilizando as diferenças existentes entre os sujeitos (Butler, 2003). Em relação às mulheres, estas normas ainda instituem que “ser mulher” é vivenciar os desejos voltados exclusivamente ao amor, à maternidade e ao casamento, circunscrevendo as possibilidades válidas e inteligíveis de viver os corpos,

prazeres e relações afetivas, dentro de um modelo denominado de heteronormatividade compulsória. (Swain, 2002; 2007; 2008).

Nas narrativas das participantes, tornam-se explícitas as pressões para que elas restringissem seus desejos e experimentassem sua sexualidade no modelo proposto de heteronormatividade compulsória. Isso se apresenta nesta entrevista, quando a participante comenta a relação com sua mãe, percebendo suas expectativas:

*Queria que eu desse neto. Ela queria muito ter netos. Foi uma experiência assim... no início foi quando eu ainda era adolescente, imatura e tal, essas coisas ainda me tocavam, me preocupavam, me deixava meio assim, será isso mesmo que eu quero? Mas na verdade eu tava transferindo as coisas, muito preocupada com a minha mãe, com a vontade da minha mãe e não comigo... (Fabi, 42 anos).*

De modo geral, as participantes comentam que se envolveram em relacionamentos heterossexuais, sentindo-se influenciadas pelas pressões exercidas nas suas relações de convívio e que, por algum motivo, percebiam que se tratava da única possibilidade viável, como no exemplo desta entrevista:

*Eu cheguei a namorar e tudo, mas mais por uma questão das amigas, da gente sair juntas e todo mundo fica... e o menino quer que fique com amigo daquele menino, pra não sai sozinha e tal... Até porque eu tenho 38 anos. Nasci em 1970. Então não era tão fácil da gente sair, a gente não saia sozinha com 15 anos, tinha um grupo, a mãe e o pai levavam (Lúcia, 38 anos).*

Nesse sentido, Antônio Paiva (2007) comenta que, na construção na subjetividade e apropriação da identidade homossexual, algumas pessoas experimentam um período de indistinção, de viver na fronteira que ele denomina de período “fazer o gênero”. Essa perspectiva nos pareceu ser realmente o que as participantes experimentaram nas suas vidas, um período de ter “namoradinhos”, de “ficar com os meninos”. Algumas, inclusive,

chegaram a ficar noivas e uma até se casou. Entretanto, o sentimento presente nestas experiências é o de estarem vivendo na mentira, no disfarce, “de adaptação de um roteiro biográfico que lhes escapa” (Paiva, 2007 p.27)

Passamos a compreender que o processo de auto-aceitação, enquanto lésbica, que repercute em realmente assumir para si mesma os seus desejos sexuais, acaba sendo um processo de lutas e renegociações das pressões externas e resistências internas, tal como se faz presente nas observações de Tereza de Lauretis (1990) e, de uma forma explícita, nas palavras da participante:

*A minha irmã até me falou uma vez, porque tu vai noivar com esse cara, se não é isso que tu quer, entendeu? (...) As pessoas já enxergavam isso em mim. E eu lutei contra isso, contra o preconceito. Eu lutei contra o meu preconceito mesmo, que eu não queria isso. Tava me forçando e eu não queria... (Alice, 30 anos).*

Ultrapassar as experiências de viver na invisibilidade e na “mentira” quanto à orientação de seus desejos e sexualidade é o que se fez presente na narrativa de todas as participantes, como segue: “*eu tinha conseguido ufa! Sair da mentira (...) Fiquei aliviada nesse aspecto. De ah! Chega! Agora não preciso mais mentir. Seja lá o que for...*” (Fabi, 42 anos). Percebemos que, nesse momento, inaugura-se a atitude de se “assumir”, “abrir o jogo”, “botar as cartas na mesa”, “explicitar” (Paiva, 2007) ou, na expressão denominada por Eve Sedwick (1990), “sair do armário”.

Nesse processo, as participantes ressaltaram a importância em suas vidas de assumir sua orientação sexual para a família, mas, ao mesmo tempo, reconhecem com sendo uma tarefa muito difícil: “*Dentro da família também era difícil, a minha mãe foi muito difícil!*” (Lúcia, 38 anos). “*E pra minha família foi muito difícil, pro meu pai eu só contei 8 meses depois, contei por telefone. Porque ele viria pra cá e queria ficar aqui e eu não iria fingir que dormiria num quarto e a C. no outro*” (Maria, 24 anos). “*Só fiquei preocupada mesmo*

*com a minha mãe, com a minha família, com a opinião deles, se eles iriam me aceitar, mas com o resto não...*” (Fabi, 42 anos). Porém, o que percebemos é que, mesmo diante de seus temores, as participantes enfrentavam esse desafio. Na experiência de “revelar seu segredo”, “sair do armário” para seus familiares, disseram ter encontrado o apoio e identificaram que o primeiro impacto da revelação é de surpresa, decepção e até mesmo revolta:

*Mas um dia eu resolvi me abrir para meu pai. Ele ficou em choque, não falou nada, parecia a expressão de que alguém tinha morrido. Mas depois que a gente seguiu conversando ele chegou para mim e disse que ele continuava me amando e como filha dele, ele iria me apoiar.* (Joana, 44 anos)

*(...) a minha mãe voltou do mercado ela intuiu alguma coisa, foi me procurar e me encontrou na escada com a minha amiga. Ela começou a brigar, tive que segurar a minha mãe e pedi para minha amiga sair. Depois continuamos a brigar e minha mãe jogou o molho de chave no meu rosto e disse que preferia ter uma filha puta ou morta do que ter uma filha lésbica. Passaram 4 meses sem a gente nos falar (...) eu achava que tinha que partir dela uma atitude de aproximação. E foi o que aconteceu. Ela não me pediu desculpas, nem falou nada, mas me abraçou e ambas começamos a chorar. Choramos muito e reatamos a relação. Hoje ela aceita* (Fabi, 42 anos).

Identificamos que o apoio da família é algo realmente importante na vida das participantes. Consideram que esse apoio repercute no fortalecimento da auto-estima, de se sentirem bem consigo mesmas: *“Sinto que na minha vida a auto-estima me ajudou muito, encontro-me fortalecida e sem dúvida o apoio do meu pai me ajudou imensamente. Acho que a adolescência não teria sido a mesma se não fosse pelo apoio dele”* (Joana, 44 anos). *“A gente quando tem a base, o alicerce aí vai. Mas se a coisa já começa ali na tua casa, na tua família dando errado, já não te aceitando, te discriminando, te rejeitando mesmo, aí fica complicado”* (Fabi, 42 anos).

Percebemos que, mesmo após a recusa dos padrões da heteronormatividade impostas pelo social, elas continuam a se mostrar vulneráveis em sua subjetividade quanto às questões de gênero (Heaphy, 2007). Os valores atribuídos ao gênero feminino, voltados às relações familiares, envolvendo uma dependência afetiva com suas relações de origem, são internalizados e reafirmados a todo o momento, atuando como uma “matriz” de percepções, apreciações e ações, num processo denominado por Bourdieu (1977) de “habitus”.

Ainda em relação a seus familiares, também demonstram ter a consciência de que revelar o seu “segredo” pode repercutir em agressões e violências, mesmo diante de alguns avanços e conquistas quanto à liberdade sexual, como apresentam em seus relatos: *“a gente têm muito medo dessa represália, que é muito violenta”* e segue: *“o mais grave é que os próprios irmãos acham legítimo espancarem, estuprarem, abusarem dessas meninas para elas aprenderem a ser, para elas aprenderem a gostar de homens”* (Rosa, 42 anos). O que percebemos, então, é que denominar-se lésbica é afrontar a norma, é expor-se à agressão, é desafiar a morte no combate dos corpos disciplinados e, assim, como nos diz Tânia Swain (2007), o silêncio acaba se tornando uma das estratégias utilizadas para conjurar o medo que desperta.

Silêncio e invisibilidade são palavras que se inserem nas vivências das participantes. Durante muito tempo, e por meio dos depoimentos, nos arriscamos a dizer que ainda permanece, a denominação lesbiana serviu como um modo de marginalizar as mulheres, as quais sentiam-se atraídas pelo mesmo sexo, com objetivo de controlá-las. Também estabelece a fronteira entre a mulher normal - feminina e necessariamente heterossexual - e a anormal e desviante, aquelas que ousavam ultrapassar os limites impostos pela sociedade patriarcal, falocêntrica e machista (Chamberland, 2002). Assim, *“ser uma mulher que não pertence a nenhum homem é ser invisível, patética, inautêntica e irreal”* (Gross apud Gomide, 2007 p.414).



Diante dessa realidade, não é difícil compreender que, no que se refere às experiências de revelar sua orientação sexual, as participantes demonstraram ter sentimentos ambivalentes nas negociações entre público e privado. Durante muito tempo, a sexualidade era considerada um aspecto da intimidade de cada indivíduo e como tal era um assunto restrito à vida privada. No entanto, influenciadas pelo pensamento e reflexões pós-estruturalistas de Michel Foucault (1988), as teóricas feministas nos revelam que a sexualidade é também política, pois, como nos diz Judith Butler (1998), o sujeito é constituído discursivamente, é contingente e político, em todos os sentidos e aspectos de sua vida. Na visão de Marco Aurélio Prado e Frederico Viana Machado (2008, p.81), a transformação de experiências da vida privada, em experiências e temas públicos, pode repercutir em processos de conscientização política que, além da informação, implicariam na ressignificação de valores interiorizados, formas de ações coletivas, instituições e práticas culturais.

Porém, ousar viver seus amores e torná-los públicos acaba sendo um dilema na vida de nossas entrevistadas. Nesse sentido, Eve Sedwick (1990) comenta que existem pouquíssimas pessoas que não estejam no armário, com alguém que seja pessoal, econômica ou institucionalmente importante, assim como segue neste depoimento:

*Essa história que fala assim, ah! Porque não saem do armário... É conto de fadas assim. Porque não tem como sair do armário no teu trabalho, não tem como sair do armário com teu sogro, não tem como sair do armário com teu médico (... ) Porque infelizmente é uma sociedade super mega machista, que a heterossexualidade é a norma, não tem como fugir da norma, então... tem que ter auto-cuidado assim (Clara, 38anos).*

Silvia Gomide (2007) também revela que “ninguém está o tempo todo no armário e sair ou entrar dele faz parte dos cálculos dos custos e benefícios da ação” (2007, p.390). Assim, identificamos que as participantes reconhecem que acabam cedendo às pressões

sociais e se colocando nesse lugar de invisibilidade, que repercute em legitimar o espaço privilegiado da heteronormatividade: *“Porque acaba que é tanta pressão, que a gente também não naturaliza, essa situação. A gente acaba entrando nessa engrenagem de: Ai, não visibiliza, ou ai... não conta. Porque acaba que a gente acaba entrando nessa lógica de sigilo assim”* (Clara, 38 anos). Mas o sentimento que prevalece, que de alguma forma grita em seu íntimo, é a busca por uma autenticidade, por poder sentirem-se inteiras, sem segredos, como aparece nesse relato: *“mas não é isso que eu quero para mim. Quero poder estar inteira e completa. Poder mostrar realmente quem eu sou. De verdade, sem ter que esconder”* (Paula, 24 anos).

As participantes comentam que vão conseguindo revelar sua orientação sexual aos poucos, principalmente quando se sentem seguras e confiantes nas relações que estabelecem em suas amizades e no trabalho. Nesse sentido, reconhecem que, em nossa sociedade, ainda existe muito preconceito a ser trabalhado, desmistificado, como nos comentários que segue:

*O único lugar que eu não me exponho de verdade é no meu trabalho (...) O meu chefe é gay (...) ele é super bem visto dentro da empresa, o pessoal lá de São Paulo sabe, todo mundo sabe. Mas o pessoal fala, fala pra mim, fala pro outro... Ah... Porque o veado do fulano, que o não sei o que... Falam. Sempre falam. E eu não quero, acho que não preciso passar por isso... (Alice, 30 anos).*

O trabalho, como demonstra pesquisas recentes (Gedro, 2006; Suter et al. 2006), pode representar uma tensão, ser o espaço onde não se sintam seguras contra a represália. Ao mesmo tempo, o trabalho representa o espaço onde podem encontrar a autonomia, pois para seguirem em frente, viverem suas vidas, apesar de tantas pressões, elas procuraram ser independentes, terem seu auto-sustento garantido, para não viverem na dependência nem seguirem as regras impostas, como nos revela esse depoimento:

*Em prol dos outros, do que a sociedade acha certo, correto, normal. Então... Pra tu ser normal tu teria que seguir algumas regras, e essa quebra eu acho que é a parte difícil. Depois que tu quebrou... que tu diz não! Ninguém paga as minhas contas para querer ditar, dizer que tem que fazer assim ou assado. Que ai a coisa se torna mais tranqüila (Lúcia, 38 anos).*

Diante da questão de assumir publicamente sua orientação sexual, percebemos diferenças de opinião entre as participantes que são militantes e aquelas que não se envolvem nos movimentos feministas e LGBT. Em especial, as militantes consideram fundamental o ato de assumir publicamente sua orientação sexual com objetivo de promover mudanças no contexto social:

*Não que eu precise chegar assim e ter que contar, até porque quando tu te apresenta para as pessoas elas também não chegam te dizendo que são heterossexuais, não tem que ser um rótulo (...) Mas eu acho que hoje, hoje, é necessário muito se expor, pra amanhã, amanhã que eu digo assim, metafóricamente, daqui há alguns anos, meus netos, minhas netas, não precisem estar lutando pra ter espaço (Maria, 24 anos).*

No entanto, as participantes que não fazem parte dos movimentos de militância demonstram que preferem adotar posturas de “discrição”: *“aquela coisa velada de: eu sei, mas vou ficar na minha. Para mim isso que me importa: me respeita que eu te respeito! Se percebeu ou não percebeu, a mim não afeta. Desde que não me agrida, não me ofenda”*(Fabi, 42 anos), que, como nos apresenta Antônio Paiva (2007), trata-se de um movimento contra a exposição, de manter uma determinada distância que lhes permitam uma fluidez de movimentação nas micro-redes de relações sociais das quais participam. Não significaria ainda manter o segredo, esconder o relacionamento, mas de livrá-lo de uma exposição desnecessária, almejando desfrutar de uma vida sem limites impostos de distanciamento e segregação entre o “nós” e os “outros”. Nesse sentido, percebemos um ponto de intersecção

de postura política entre as participantes, pois todas desejam ser respeitadas enquanto pessoas, conforme depoimento:

*Não é que eu preze pela igualdade, num sentido de... é que eu prezo que as pessoas sejam respeitadas em suas diferenças. Que elas tenham os mesmos direito de ir e vir de estar se relacionando. Que na realidade cada pessoa é única e deve ser respeitada na maneira como escolheu viver, com seus desejos, gostos e preferências respeitados (Joana, 44 anos).*

Para promover a mudança do paradigma atual, consideramos ser interessante adotar uma postura crítica de desconstrução dos modelos fixos, normativos, essencialistas que penetram no imaginário social e acabam por construir representações e discursos sociais estigmatizantes e preconceituosos. As participantes almejam, através do aumento da visibilidade social, promover o rompimento e a dissolução de estereótipos e de mitos proclamados nos mais diversos contextos, como podemos identificar na seguinte narrativa:

*As pessoas têm no imaginário que as lésbicas são perigosas, que vamos atacar as mulheres (...) isso não é verdade, isso seria uma violência, seja numa questão homossexual ou heterossexual (...) e que se eu me aproximar de uma lésbica eu vou me tornar lésbica também. Isso circula no imaginário e não é bem assim, por isso a importância de informar e conscientizar as pessoas (Joana, 44 anos).*

Igualmente comentam o que circula no meio social: que ser lésbica é ser “sapatão”, “caminhoneira”, “mulher-macho”, “mal amada”, “desprezada” (Perrin & Chetcuti, 2002; Perucchi, 2001; Swain, 2007). Porém, o que de fato as participantes demonstraram é que: “*tu te afirmar com relação à homossexualidade, não é exatamente que tu tem que assumir um estereótipo masculino, porque tu te relaciona com outra mulher*” (Lúcia, 38 anos); nem que o desejo por mulheres estaria diretamente relacionado com uma experiência negativa com homens: “*eu não tive... principalmente prática sexual com homens não. Mas não tem haver*

*com ódio*”(Lúcia, 38 anos); “*Não foram experiências tão ruins, de repudiar os homens, mas a minha preferência mesmo é com mulheres. Aí é que eu me sinto bem comigo mesma*” (Paula, 24 anos).

Questionar tais estereótipos significa problematizar as representações que pretendem inviabilizar a discussão em relação às “verdades” naturalizadas acerca do binarismo fixo de homem/mulher, que pressupõe uma estabilidade entre sexo, gênero e desejo (Butler, 2003). As teóricas feministas, Céline Perrin & Natacha Chetcut (2002), também nos fazem refletir sobre a “performance”, a “encenação” dos corpos dessas mulheres, numa perspectiva para além das aparências e ainda questionam: “em que medida o estereótipo da lésbica masculina estrutura suas representações?” (2002, p.6). As respostas se fazem presentes nas palavras das próprias participantes:

*Teve uma época que eu era bem masculina, o corpo meio que falava assim, né. Usar o cabelo extremamente curto, quase raspado, calça, sapato, camisa. E depois tu vai vendo que não é isso que te assume a tua identidade. Não é isso que te faz mostrar para as pessoas que tu tem um lugar no mundo, que tu tem que ser respeitada, acho que o que faz mais tu ter este lugar no mundo, é a tua visibilidade é as posturas que tu tem dentro da sociedade* (Lúcia, 38 anos).

*A gente gosta de definir lugares. Esse é o grande problema, a gente gosta de definir com um rótulo bonitinho, dizer que essa pessoa é assim, ela tem isso e isso. Ah... bom, se ela é lésbica, ela tem que ser assim e assim. E tu vai ver que não é isso que acontece. A gente tem uma gama de pessoas completamente diferentes dentro dessa lésbica...* (Lúcia, 38 anos).

Nesse sentido, Guacira Louro (2004) nos apresenta que constituir-se sujeito não se restringe a uma única categoria fixa, uma vez que se evidencia uma gama de possibilidades de existência que, de maneira fluida, pode alterar-se, transformar-se, multiplicar-se. Assim,

percebemos que estamos diante de um movimento de desconstrução de oposições binárias, de fragmentação de cada um dos pólos, demonstrando sua diversidade e pluralidade que, de certa forma, se fazem almeçadas nos relatos dessa entrevista:

*Até eu preferiria, que as pessoas seguissem essa tendência não fisicamente, mas internamente mais queer, que pudessem transitar entre um sexo e outro entre um gênero e outro e ah... Porque eu acho que sei lá, que o mundo tá indo mesmo nessa perspectiva, de não delimitação assim (Clara, 38 anos).*

A partir desse movimento de desconstrução, somos levadas a refletir sobre o processo de construção de uma identidade lésbica. O pensamento feminista e pós-estruturalista nos auxilia a inaugurar outro estilo de pensamento que rejeita verdades, identidades fixas e coletividade única. Michel Foucault (1981) também nos apresenta que a questão da identidade não estaria em torno do dilema “Ser ou não ser lésbica?” “Quem sou eu?” “Qual o segredo de meu desejo?”, mas sim em: “Quais relações podem ser estabelecidas, inventadas, multiplicadas, moduladas através da homossexualidade?”. E, nesse sentido, entende-se a identidade como fluida, múltipla, para além de uma identidade sexual, que estaria relacionada com questões de gênero, raça, etnia, classe social, etc. É interessante notarmos que essa perspectiva já se faz presente no campo de percepções de nossas entrevistadas, como evidenciamos claramente nesse depoimento: “*eu não digo que a primeira característica minha é ser lésbica, eu tenho outras características (...) eu antes de ser lésbica, eu sou a Maria, eu sou mulher, eu sou várias outras coisas além de ser lésbica*” (Maria, 24 anos). “*eu sou, professora, mulher, lésbica, (...) ser lésbica... Isso é uma das minhas identidades, não é a única que eu tenho, eu tenho várias, então não é a única* (Lúcia, 38 anos).

Então, diante dessa diversidade, também podemos perceber que os desafios que acompanham a trajetória dessas “mulheres que amam mulheres” são igualmente múltiplos, como foi expresso, de modo mais explícito, por duas participantes: “*porque tem a questão de*

*ter vivido sempre com condições econômicas muito desfavoráveis né, isso também é um complicador bastante grave, ser mulher já é bem grave porque é complexo, então eu já chamo de múltiplos desafios”* (Rosa, 42 anos). *“Eu sou negra e sempre tive que enfrentar esse preconceito da minha cor, mas aí eu tenho que lidar com o preconceito de ser uma mulher e uma mulher que gosta de outra mulher, então o preconceito de ser lésbica”* (Paula, 24 anos).

Portanto, a partir da análise dos discursos das participantes, consideramos que o processo de conhecimento, ou o processo de reconhecimento, não pode ser entendido como algo alheio às redes de poder. Nesse sentido, evidenciamos interferências na construção da subjetividade, no momento em que criam espaços de fala, propõem verdades, produzem exclusões, delimitam funções e comportamentos (Selém, 2006). Assim, também reconhecemos que, em nossa sociedade, a multiplicidade do desejo é obscurecida, negada e desqualificada por representações sociais que exigem a correspondência exata de gênero e sexo, que naturalizam o binário heterossexual (Swain, 2002), de uma maneira especial na vida destas mulheres. Todavia, apesar de todos os dilemas, dificuldades e enfrentamentos nestes processos de auto-aceitação, visibilidade e reconhecimento, quanto à orientação sexual, a mensagem que se destaca nas próprias vozes das participantes é: *“fácil? Não foi nem um pouco assim... Foi bem complicado, mas eu acho que valeu a pena...”* (Clara, 38 anos). *“Eu me sinto bem com isso, de poder estar vivendo a minha vida do meu jeito”* (Paula, 24 anos).

### **Considerações Finais**

Por meio da narrativa de trajetórias de vidas de mulheres lésbicas, relacionadas ao processo de reconhecimento e as experiências e vivências no que se referem à orientação do

desejo e sexualidade, as participantes dessa pesquisa permitiram nos aproximarmos de suas realidades, modos de existir e se relacionar. Trata-se de uma proposta que buscou a quebra e rompimento com o “pacto de silêncio”; de inserir na escrita e tornar público o que até então não se fazia possível ou inteligível, o que por muito tempo se manteve fora da história da humanidade, silenciado, apagado, pois como nos diz Tânia Swain (2007, p.14): “o que a história não diz... nunca existiu!”.

No momento em que assumimos a postura de dar voz e visibilidade às “mulheres que amam mulheres”, passamos a revelar que não existe a “verdadeira mulher”, tampouco “a verdadeira lésbica”, mas mulheres, múltiplas mulheres, de diferentes gostos, cores, preferências, estilos, comportamentos e tantas outras possibilidades. Portanto, ao questionarmos “quem são estas mulheres?”, nos inserimos no movimento feminista pós-estruturalista que vem problematizando as narrativas que apresentam a heterossexualidade como a evidência natural das mulheres.

Tania Swain (2007) nos diz que denominar-se lésbica não tem a mesma conotação e simbolismo, que já teve em outras épocas. Realmente, as construções são históricas e permeadas por questões culturais e políticas. No entanto, o que percebemos é que, mesmo frente aos movimentos feministas e LGBT, que conquistaram importantes avanços quanto à liberdade sexual, o que permanece é a noção de anormalidade, de desvio, de transgressão quando as mulheres não seguem a linearidade de sexo, gênero e desejo (Butler, 2003). Neste sentido, o que se quer é poder expressar um modo de vida, que não seja nomeado como “alternativo”, mas de simplesmente ser um modo de existir público e abertamente, tendo os seus direitos respeitados (Louro, 2007).

Ao interrogarmos os discursos, que promovem identidades fixas e constroem noções de sujeitos, a partir da perspectiva das próprias mulheres, o que evidenciamos é que a diferença se faz dentro da própria diferença, como já havia sido declarado por Joan Scott



(1988). Estas mulheres que amam mulheres não formam um grupo homogêneo, como também nos apresenta Céline Perrin e Natacha Chatcuti (2002). Em nossa pesquisa, observamos que elas se distinguem em suas experiências, contextos sociais, pelo modo de construir sua subjetividade e identidade, nomear seus desejos sexuais, de reconhecê-los a si mesmas, de assumir ou não publicamente, de exteriorizá-los em sua aparência e jeito de ser, assumindo nuances mais masculinas, femininas, queer, andróginas, entre todas as possibilidades ou invenções de sua “performance”. Diferenciam-se ainda quanto a sua classe econômica, sua raça, suas crenças, suas relações familiares e afetivas, com amigos próximos e relações de trabalho. São ainda divididas, segundo suas visões e engajamentos políticos, mas se assemelham quanto ao desejo de ser respeitadas, tal como se traduz na fala desta participante:

*A gente deseja ser respeitada como pessoa e isso ainda tem que ser muito trabalhado em nossa sociedade. A gente vai ao banheiro como todo mundo, a gente vai ao cinema, vai ao shopping, vai num parque, é mãe, mulher, trabalhadora e muitas vezes não somos respeitadas como pessoa e que tem os seus direitos enquanto tal. A discriminação e o rechaço da sociedade é muito grande. Ainda tem muito que se trabalhar dentro dessas questões (Joana, 44 anos).*

Devido a tanto tempo de silêncio, de invisibilidade e de terem sido impedidas de proclamar seus amores, seus estilos, jeito de ser, consideramos fundamental dizer que ainda temos muito a trabalhar, discutir e refletir sobre a questão de visibilidade social de mulheres lésbicas. Portanto, visualizamos que muitas histórias ainda poderão e serão contadas, com objetivo de demarcar suas vidas e existências.

Compreendemos que, para as participantes, o fortalecimento da auto-estima é fundamental no processo de reconhecimento, de auto-afirmação e visibilidade social de sua orientação sexual. Assim sendo, consideramos ser importante a implementação de

intervenções psicossociais, nos mais diversos contextos, como no local de trabalho, na escola, na comunidade, com o objetivo de promover o empoderamento das “mulheres que amam mulheres”.

## Referências

- Adelman, M. (2000). Paradoxos da identidade: a política de orientação sexual no século XX. Revista Sociologia Política, Curitiba, 14, 163-171.
- Bourdieu, P. (1997). *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Braidotti, R. (1998). Sujeitos nômades. *Corporización y diferencia sexual en la teoria feminista contemporânea*. México: Paidós.
- Britzman, D.P. (1996). O que é essa coisa chamada amor: identidades homossexuais, educação e currículo. Educação e realidade, 21, (1), 71-96.
- Butler, J. (1998). *Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo*. Cadernos Pagu, 11, 11-42.
- \_\_\_\_\_ (2003). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Carrillo, M.J., Sanches, E.T. (2004). Metodología y procedimientos de análisis. In Barberá, E., Benlloch, I.M. (orgs.) Psicología y género. Madrid: Pearson.
- Cechin, A.F. (2005). *Vivências em espaços educativos formais ou informais e a constituição de identidades homossexuais*. Projeto de tese de doutorado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre: PUCRS.
- Chamberland, L. (2002, julho/dezembro). O lugar das lesbianas no movimento das mulheres. Labrys: Estudos Feministas, (1-2). [on-line]. Disponível em: [http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1\\_2/livre/htm](http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/livre/htm)

- Colling, A. (2004). A construção histórica do feminino e do masculino. In Strey, M.N.; Cabeda, S.T. & Prehn, D.R. (Org.). Gênero e cultura: questões contemporâneas (13-38). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Córdova, L. F. (2000). Amor sem vergonha: trajetórias pessoais e vida conjugal entre gays e lésbicas na comunidade de Ratonés. Dissertação de Mestrado não publicado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Florianópolis: UFSC.
- \_\_\_\_\_ (2008). Trajetória de homossexuais na ilha de Santa Catarina: temporalidades e espaços. In Lago, M.C.; Toneli, M.J.; Beiras, A.; Vavassori, M.B. & Muller, R.C. (Org.). Gênero e pesquisa em psicologia social (pp.97-111). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Costa, C.L. (2002). O sujeito no feminismo: revistando os debates. Cadernos Pagu, 19, 59-90.
- Eicher, W. (1979). Sexualidad normal y patológica la mujer. Madrid: Morata.
- Ficher, R.M. (2001). Foucault e a análise de discurso em educação. Cadernos de Pesquisa, 114, 97-223.
- Foucault, M. (1981, abril). Da amizade como modo de vida. Entrevista de Michel Foucault a Ceccaty, Danet & le Bitoux. Tradução: Wanderson Flor do Nascimento. Gai Pied, [online], 25, 38-39. Disponível em: <http://www.unb.br/fe/tef/filoesco/foucault/amitie.html>
- \_\_\_\_\_ (1986). A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense.
- \_\_\_\_\_ (1988). A história da sexualidade I: a vontade de saber. (12. ed.). Rio de Janeiro: Graal. (Original work published in 1969).
- \_\_\_\_\_ (1996). Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal.
- \_\_\_\_\_ (2002). Vigiar e punir: o nascimento da prisão. (25.ed.). Petrópolis: vozes. (Original work published in 1975).
- Gatti, J. (1999). Mais amor mais tesão: história da homossexualidade no Brasil. Revista Estudos Feministas, 7 (2), 145-163.
- Gedro, J. (2006). Lesbians: identifyng, Facing, and Navigating the Duple Bind of Sexual. New Directions for Adult and Continuing Education, 112, 41-50.

- Godoy, R.M. (2001). Encontros prazerosos: modos e estilos de vida de mulheres lésbicas em Florianópolis. Dissertação de Mestrado não publicado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis: UFSC.
- \_\_\_\_\_ (2008). Modos de vida de mulheres lésbicas em Florianópolis. In Lago, M.C.; Toneli, M.J.; Beiras, A.; Vavassori, M.B. & Muller, R.C. (Org.). Gênero e pesquisa em psicologia social (pp.75-90). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Góis, J. B. H. (2003). Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. Revista Estudos Feministas, 11 (1), 289-297.
- Gomide, S. (2007). Formação da identidade lésbica: do silêncio ao queer. In Grossi, M.P.; Uziel, A. P. & Mello, L. (Org.). Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis. (pp.405-422). Rio de Janeiro: Garamond.
- Heaphy, B. (2007). Sexuality, gender and ageing: resources and social change. Current Sociology, 55 920, 193-210.
- Jovchelovitch, S., Bauer, M.W. (2002). Entrevista Narrativa. In Bauer, M.W. Gaskel, G. (Eds.). Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: Manual Prático. (pp.90-113). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- Lacerda, M., Pereira, C., Camino, L. (2002). Um Estudo sobre as Formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. Psicologia: Reflexão e Crítica, 15 (1), 165-178.
- Lauretis, T. (1990). Eccentric Subjects: feminist theory and historical consciousness. Feminist Studies, 16 (1), 115-150.
- Louro, G.L. (1997). Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes.
- \_\_\_\_\_ (2001). Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação. Revista Estudos Feministas, 9 (2), 541-553.

- \_\_\_\_\_ (2005, abril). Heteronormatividade e homofobia. Trabalho apresentado no I Simpósio Paraná-São Paulo de sexualidade e Educação Sexual. São Paulo: Araraquara.
- \_\_\_\_\_ (2007). Pedagogias da sexualidade. In Louro, G.L. (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. (3 ed.) (pp.7-34). Belo Horizonte: Autêntica.
- Moreira, L.A. (2008). Vida de equilibrista? Mães trabalhadoras em diferentes contextos sociais. Dissertação de Mestrado não publicado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Porto Alegre: UFRGS.
- Mott, L. (1987). O lesbianismo no Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- Narvaz, M. (2005, maio). Metodologias Feministas. Trabalho publicado em Anais de Evento. Congresso Norte-Nordeste de Psicologia. Bahia: Salvador.
- Narvaz, M., Nardi, H. C. e Morales, B. (2006) Nas tramas do discurso: A abordagem discursiva de Michel Pêcheux e de Michel Foucault. Revista de Psicologia Política [online], 6 (12). Disponível em:  
<http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/seer/ojs/viewarticle.php?id=14&layout=html>
- Nicholson, L. (2000). Interpretando o gênero. Revista Estudos Feministas, 8 (2), 9-41.
- Nunan, A. (2003). Homossexualidade: do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro: Caravansaraí.
- Oliveira, C.S.de. (2006). Assumir-se lésbica: desafios e enfrentamentos. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceitos. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. [on-line]. Disponível em:  
[http://www.fazendogenero7.ufsc.br/st\\_20.html](http://www.fazendogenero7.ufsc.br/st_20.html).
- Paiva, A. C. S. (2007). Reserva e Invisibilidade: a construção da homoconjugalidade numa perspectiva micropolítica. In Grossi, M.P.; Uziel, A. P. & Mello, L. (Org.). Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis. (pp.23-46). Rio de Janeiro: Garamond.

- Pereira, V.L. (2004). Gênero: dilemas de um conceito. In Strey, M.N., Cabeda, S.T.L. & Prehn, D.R. (Orgs.) Gênero e cultura: questões contemporâneas. (pp.173-198). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Perrin, C. & Chetcuti, N. (2002, julho/dezembro). Além das aparências: sistema de gênero e encenação dos corpos lesbianos. Labrys: Estudos Feministas. (1-2). [on-line]. Disponível em: [http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1\\_2/htm](http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/htm)
- Perucchi, J. (2001). Eu, tu, elas: investigando os sentidos que mulheres lésbicas atribuem às relações sociais que elas estabelecem em um gueto GLS de Florianópolis. Dissertação de Mestrado não publicado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis: UFSC.
- \_\_\_\_\_ (2008). Eu, tu, elas... in the ghetto: os sentidos do homoerotismo feminino sob a ótica do território. In Lago, M.C.; Toneli, M.J.; Beiras, A.; Vavassori, M.B. & Muller, R.C. (Org.). Gênero e pesquisa em psicologia social (pp.62-74). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Prado, M.A., Machado, F.V. (2008) Preconceito contra homossexuais: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez.
- Rich, A. (1980). Compulsory heterosexuality and lesbian existence. In Parker, R. e Aggleton, P. (Eds.). Culture, Society and Sexuality: A Reader. (pp. 199-225). Los Angeles: University of California Press.
- Scardua, A., Souza Filho, E.A. (2006). O debate sobre a homossexualidade mediado por representações sociais: perspectivas homossexuais e heterossexuais. Psicologia: Reflexão e Crítica, 19 (3), 482-490.
- Scott, J. W. (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, 16 (2), 5-22.

- Sedgwick, E. K. (1990). Epistemology of the closet. Los Angeles, USA: University of California Press.
- Selem, M.C.O. (2007, julho/ dezembro). A Liga Brasileira de Lésbicas: produção de sentidos na construção do sujeito político lésbicas. Labrys: Estudos Feministas. (12). [on-line]. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys12/livre/celia.htm>
- \_\_\_\_\_ (2006, julho). Quem é essa mulher? lugares e sujeitos do feminismo. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceitos. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. [on-line]. Disponível em: [http://www.fazendogenero7.ufsc.br/st\\_20.html](http://www.fazendogenero7.ufsc.br/st_20.html).
- Strey, M.N. (2004). Ser sujeito ou ser o outro? Algumas reflexões históricas. In Strey, M.N.; Cabeda, S.T. & Prehn, D.R. (Org.). Gênero e cultura: questões contemporâneas (129-148). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Swain, T.N. (2002, julho/dezembro). Feminismo e lesbianismo: quais os desafios? Labrys: Estudos Feministas. (1-2). [on-line]. Disponível em: [http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1\\_2/index.html](http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys1_2/index.html).
- \_\_\_\_\_ (2004, agosto/dezembro). O normal e o abjeto: a heteronormatividade compulsória e o destino biológico das mulheres. Labrys: Estudos Feministas. (6). [on-line]. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys6/index.html>.
- \_\_\_\_\_ (2007). Lesbianismos, cartografia de uma interrogação. In Ribeiro, P.R.C., Silva, M.R.S da, Souza, N.G.S de. et al. (Orgs.) Corpo, Gênero e Sexualidade: Discutindo práticas educativas. (pp.9-17). Rio Grande: FURG.
- \_\_\_\_\_ (2008, Janeiro/Junho). Os limites do corpo sexuado: diversidade e representação social. Labrys: Estudos Feministas. [on-line]. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys13/leituras/anahita.htm>

Suter, E.A., Bergen, K.M., Daas, K.L. & Durham, W.T. (2006). Lesbian couples' management of public-private dialectical contradictions. *Journal of Social and Personal Relationships*, 23 (3), 349-365.

Todeschi, L.A. (2004). O ensino da história e a invisibilidade da mulher. *Ciências Sociais, Unisinos*, 40 (165), 153-164.

Touraine, A. (2007). *O mundo das mulheres*. Petrópolis, RJ: vozes.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento em que me deparo com a finalização do mestrado em psicologia social, é inevitável comentar que a sensação é de que o tempo voou. Passaram-se dois anos e reconheço que é imensurável o crescimento que obtive. Após a graduação em psicologia, que também foi realizada nesta Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, segui minha trajetória na área clínica, o que me arrisco a dizer que faz parte do movimento de muitos psicólogos e psicólogas. Mas a psicologia social também representa para mim uma área apaixonante, principalmente diante da possibilidade de trabalhar desde a perspectiva dos estudos de gênero.

Sinto-me privilegiada de ter contato com os estudos de gênero ainda na graduação, pois como apresenta Martha Narvaz (2006), os estudos feministas e de gênero, desde a sua criação, vêm sofrendo preconceitos e marginalização, já denunciados em pesquisas anteriores (Colling, 2004; Mariano, 2005; Pereira, 2004), mas que ainda hoje repercutem em importantes obstáculos a sua legitimidade acadêmica. João Góis (2003), Luiz Córdova (2000) e Rosane Maria de Godoy (2001, 2008) denunciam, em seus estudos, que as produções acadêmicas se tornam ainda mais escassas quando a proposta é articular os estudos feministas com os estudos sobre homossexualidade, que visam à reestruturação de modelos de sexualidade para além do modelo binário homem/mulher e de uma heterossexualidade normativa.

Quando sou questionada a respeito dos motivos de ter escolhido para minha dissertação o tema da vida de “mulheres que amam mulheres”, ou seja, as lésbicas, vejo-me retomando o lema que impulsionou o início dos estudos feministas: “Tornar visível aquela que fora ocultada” (Louro, 1997 p.17). Em meu íntimo, fico profundamente tocada em relação à violência que permeia a trajetória destas mulheres, uma vez que a regra geral que se impõe, por meio dos discursos dominantes em nossa sociedade patriarcal e machista, é o

silêncio! “Silenciar para melhor apagar, para melhor esquecer, para conjurar o perigo daquelas que escapam à norma de uma heterossexualidade tão ‘natural’ e evidente” (Swain, 2007 p.14).

Entrar em contato com a realidade, as vivências e experiências que fazem parte da vida das participantes desta pesquisa, proporcionou que os mitos e estereótipos, que rondam o universo das mulheres que se identificam como lésbicas, tais como “ser lésbica é ser mulher macho, sapatão”; “são lésbica porque tiveram alguma relação frustrada com homens e na verdade aguardam um homem que a satisfaça”; “ser lésbica é ser pervertida” (Toledo, 2007), tenham sido totalmente desmistificados. Assim, ao invés de silenciar, a necessidade é auxiliar na desconstrução de conceitos tidos como “verdades absolutas” em nossa sociedade, que também repercute em poder contar uma nova história sobre as mulheres.

Nesse sentido, reconheço que este mestrado permitiu que eu pudesse contribuir com o processo de uma mudança social, não somente com as produções textuais, mas também com a participação no meio acadêmico, através de palestras realizadas em cursos de graduação em psicologia, tanto nesta quanto em outras universidades. Fato este, que reconheço estar totalmente de acordo com o que é proposto no código de ética profissional dos psicólogos, na Resolução 01/99 de 22.03.99, que consta ser o papel destes profissionais poder contribuir com o seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminação (CFP, 1999).

Realizar o estágio de docência em psicologia social, sob a responsabilidade e orientação da Professora Dra. Marlene Neves Strey, foi de fundamental importância no meu processo de crescimento e apropriação do mestrado. De algum modo, minhas intervenções em sala de aula provocaram impacto e levaram os alunos a refletirem sobre o tema da homossexualidade, bem como a compartilharem estas experiências com outros colegas e professores. Os demais convites para palestras foram surgindo, fato este que me deixou muito

contente e satisfeita com a possibilidade de promoção da visibilidade social das experiências e vivências de lésbicas, marcando que a homossexualidade não se trata de uma opção, mas da orientação de seus desejos.

O medo da discriminação e rechaço leva estas mulheres a enfrentarem dilemas e inseguranças nas relações na escola, no trabalho e até quando vão realizar consultas médicas. Dizem, inclusive, que quando vão ao ginecologista, são atropeladas por perguntas e recomendações quanto ao uso de anticoncepcionais, camisinha e questões relacionadas a uma vida sexual com homens, não percebendo abertura para poder falar de sua sexualidade. Assim, diante de todas as questões expostas, visualizo que possam ser realizadas diversas propostas de intervenções psicossociais. Neste sentido, o programa da pós-graduação em psicologia ofereceu a oportunidade de realizar a disciplina de processos psicossociais em psicologia social, que proporcionou o conhecimento de como planejar projetos de intervenções psicossociais, que me faz sentir fortalecida para seguir esta caminhada, podendo, inclusive, executar este tipo de intervenção na comunidade.

Além disso, quero compartilhar que as participações em congressos foram enriquecedoras. Em especial, destaco a participação no evento Fazendo Gênero, que é realizado na cidade de Florianópolis e que, neste ano de 2008, completou sua 8ª edição. Durante o evento, tive o privilégio de conhecer e poder conversar com autores que utilizo nas referências desta dissertação, além de ter dividido experiências e recebido sugestões que permitiram o aperfeiçoamento do trabalho. Igualmente destaco as oportunidades oferecidas pela ONG NUANCES que, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, realizou eventos que me possibilitaram aproximar ainda mais da vida destas “mulheres que amam mulheres”.

Por fim, não poderia deixar de dizer que a realização das entrevistas, além de um valioso material de pesquisa, proporcionaram importantes momentos de reflexão, apropriação

de experiências e sentimentos por parte das participantes. E, sem dúvida, para mim foi um grande crescimento a oportunidade de ter conhecido estas mulheres que persistem na busca de uma vida mais autêntica e que, apesar das dificuldades, movem-se ao encontro de si mesmas.

## **Referências**

- Colling, A. (2004). A construção histórica do feminino e do masculino. In Strey, M.N.; Cabeda, S.T. & Prehn, D.R. (Org.). Gênero e cultura: questões contemporâneas (13-38). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Conselho Federal de Psicologia (1999). Resolução 01/99. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.
- Córdova, L. F. (2000). Amor sem vergonha: trajetórias pessoais e vida conjugal entre gays e lésbicas na comunidade de Rationes. Dissertação de Mestrado não publicado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Florianópolis: UFSC.
- Godoy, R.M. (2001). Encontros prazerosos: modos e estilos de vida de mulheres lésbicas em Florianópolis. Dissertação de Mestrado não publicado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis: UFSC.
- \_\_\_\_\_ (2008). Modos de vida de mulheres lésbicas em Florianópolis. In Lago, M.C.; Toneli, M.J.; Beiras, A.; Vavassori, M.B. & Muller, R.C. (Org.). Gênero e pesquisa em psicologia social (pp.75-90). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Góis, J. B. H. (2003). Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. Revista Estudos Feministas, 11 (1), 289-297.
- Louro, G.L. (1997). Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes.

- Mariano, S. (2005). O sujeito do Feminismo e o pós-estruturalismo. Estudos Feministas, 13 (3), 483-505.
- Narvaz, M. (2006). Os discursos de gênero na psicologia da UFRGS: um estudo de caso institucional. Projeto de tese de doutorado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Porto Alegre: UFRGS.
- Pereira, V.L. (2004). Gênero: dilemas de um conceito. In Strey, M.N., Cabeda, S.T.L. & Prehn, D.R. (Orgs.) Gênero e cultura: questões contemporâneas. (pp.173-198). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- \_\_\_\_\_ (2007). Lesbianismos, cartografia de uma interrogação. In Ribeiro, P.R.C., Silva, M.R.S da, Souza, N.G.S de. et al. (Orgs.) Corpo, Gênero e Sexualidade: Discutindo práticas educativas. (pp.9-17). Rio Grande: FURG.
- Toledo, L. G. (2007, outubro). Considerações Narrativas sobre as vivências afetivo-sexuais entre lésbicas e suas relações com os mitos e estereótipos a respeito da lesbianidade. . Trabalho apresentado em anais de evento. XIV Encontro Nacional da Abrapso. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro.

ANEXO



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Ofício 1512/07-CEP

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2007.

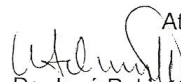
Senhor(a) Pesquisador(a):

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS  
apreciou e aprovou seu protocolo de pesquisa registro CEP 07/04011, intitulado:  
"Uma questão de gênero: (re) construindo espaço de visibilidade às lésbicas".

Sua investigação está autorizada a partir da  
presente data.

Relatórios parciais e final da pesquisa devem ser  
entregues a este CEP.

Atenciosamente,

  
p/ Prof. Dr. José Roberto Goldim  
COORDENADOR DO CEP-PUCRS

Ilmo(a) Sr(a)  
Profa Marlene Neves Strey  
N/Universidade

**PUCRS**

Campus Central  
Av. Ipiranga, 6690 - 3º andar - CEP: 90610-000  
Sala 314 - Fone Fax: (51) 3320-3345  
E-mail: [cep@pucrs.br](mailto:cep@pucrs.br)  
[www.pucrs.br/prppg/cep](http://www.pucrs.br/prppg/cep)